

ATA N.º 298

----- Aos dezanove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco , no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Sérgio Miguel da Silva Rodrigues, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

- 1 **Atas e Correspondência**-----
 - 2 **Período de Antes da Ordem do Dia**-----
 - 3 **Período Destinado ao Público**-----
 - 4 **Período da Ordem do Dia**-----
 - 4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal-----
 - 4.2 Orçamento Municipal e GOP's 2026-----
 - 4.3 Mapa de Pessoal de 2026-----
 - 4.4 Plano de Recrutamento de 2026-----
 - 4.5 Taxas do IMI para 2026-----
 - 4.6 Taxas do IMI para 2026 – Redução por Agregado Familiar-----
 - 4.7 Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2026-----
 - 4.8 Participação Variável no IRS para 2026-----
 - 4.9 Derrama para 2026-----
 - 4.10 Regulamento de Apoio às Freguesias – Alteração-----
 - 4.11 AHBVSV – Equipa de Intervenção Permanente – Compromissos Plurianuais-----
- O **Presidente da Assembleia Municipal** declarou aberta a sessão às dezassete horas e dez minutos. De seguida, solicitou à segunda-secretária para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----
- Foram registadas as seguintes presenças:-----
- Alexandre Manuel Tavares Rocha-----
 - Almiro Silva Machado-----
 - António Fernando da Silva Dias-----
 - Arolde Soares da Silva Balaias-----
 - Carlos Alberto de Andrade Oliveira-----
 - Cláudia Maria Rodrigues da Silva-----
 - Cláudia Videira Amorim-----
 - Elga Maria do Amaral Martins da Silva-----
 - Élio Martins de Bastos Figueiredo-----
 - Fernando Pereira Rodrigues-----
 - Filipe Manuel Barbosa Marques-----
 - Hugo Filipe da Silva Martins-----
 - Inês Silva Fernandes-----
 - João Rodrigues de Oliveira-----
 - José Henrique Ribeiro de Bastos-----
 - José Pedro de Bastos Costa Lemos-----
 - Luís Alberto de Oliveira Pereira-----
 - Luís Filipe de Almeida Guerra-----
 - Maria Eduarda Pereira dos Santos Ribeirinha-----
 - Maria Elisabete Martins Henriques-----
 - Maria Margarida Coutinho Raimundo-----
 - Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
 - Marta Lúcia da Silva Sousa Batista-----
 - Nuno Filipe Tavares Rodrigues-----
 - Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
 - Rafael Henriques de Bastos-----

- Roberto Emanuel da Silva Simões Freitas-----
- Sérgio Miguel da Silva Rodrigues-----
- Sofia Alexandra Ferreira Araújo-----
- Sónia Marisa Pereira Correia-----

Nesta data, encontravam-se em efetividade de funções os vinte e seis membros da lista acima indicada, com exceção das quatro pessoas (Alexandre Manuel Tavares Rocha, Luís Filipe de Almeida Guerra, Rafael Henriques de Bastos e Sónia Marisa Pereira Correia) que vieram substituir os membros impedidos de estarem presentes e que foram substituídos. ---

---- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de Paula Cristina Dias Coutinho, Hermínio Pedro Marques Martins, José Carlos Ribeiro de Sousa, Sérgio Soares da Silva e Rui Manuel de Jesus Correia.-----

--- Esteve presente Luís Figueiredo Martins, Diretor de Departamento, em apoio à Mesa.---

--- Foram registadas as seguintes faltas e substituições: António Carlos Bívar Branco de Penha Monteiro, que foi substituído por Alexandre Manuel Tavares Rocha; Carina Martinho de Bastos, que foi substituída por Rafael Henriques de Bastos; Maria do Carmo Tavares de Oliveira, que foi substituída por Luís Filipe de Almeida Guerra e Sandra Cristina Vieira Manuel Duarte que foi substituída por Sónia Marisa Pereira Correia.-----

-----1 – Ata e Correspondência-----

1.1 Ata n.º 295 de 05 de setembro de 2025:-----

Foi colocada à votação a ata da sessão ordinária de 05 de setembro de 2025, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, a qual foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Alexandre Rocha, Almiro Machado, António Dias, João Oliveira e Paulo Lourenço.-----

1.2 Ata n.º 296 de 31 de outubro de 2025:-----

Foi colocada à votação a ata da sessão ordinária de 31 de outubro de 2025, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, a qual foi aprovada, por unanimidade, pelos membros Almiro Machado, António Dias, Arolde Balaías, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Élio Figueiredo, Fernando Rodrigues, Filipe Marques, Hugo Martins, Inês Fernandes, João Oliveira, José Henrique Bastos, José Pedro Lemos, Luís Pereira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Elisabete Henriques, Maria Margarida Raimundo, Mariana Bastos, Marta Batista, Nuno Rodrigues, Paulo Lourenço, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.-----

1.3 Correspondência e Informações:-----

Correspondência recebida desde a última sessão ordinária, que foi disponibilizada aos membros da Assembleia Municipal juntamente com a documentação da sessão:-----

- Convite - Apresentação da Equipa Sénior CRC Rocas do Vouga Época 2025-2026;-----
- Convite - I Troféu Pedro Simão de Bastos;-----
- Maria Amaral Pereira - Justificação de Falta;-----
- Agradecimento - CDC Paradela do Vouga;-----
- Convite - 41º Aniversário da APCDI;-----
- Convite - ACRPV - Apresentação de Equipas 2025-2026 - Taça SEVEME;-----
- Convite - Comemoração do Dia do Município;-----
- Convite - Evento Solidário altaMente Conectados Pela Saúde Mental;-----
- Convite - Apresentação Formal - Programa de Prata (EMPIS);-----
- Convite - Dia da Região de Aveiro 2025;-----
- Convite - Concerto de Fim de Época Filarmónica Severense;-----
- Convite - IV Corrida de Paradela;-----
- Relatório Situação Económico Financeira do MSV - 1º Semestre de 2025.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** questionou se alguém pretendia intervir sobre o ponto da Correspondência. Não havendo intervenções, deu como encerrado o Ponto 1 da Ordem de Trabalhos. Antes de dar início ao período da ordem do dia, o Presidente da

Assembleia Municipal disse querer fazer um pequeno comunicado, para ficar registado em ata, tendo procedido à respetiva leitura:-----

“O Presidente da Assembleia Municipal de Sever do Vouga considera seu dever institucional manifestar publicamente a reprovação pelos atos ocorridos na sequência da última sessão deste órgão. Está em causa a publicação, nas redes sociais, de conteúdos produzidos em violação do regimento da Assembleia Municipal, bem como o incumprimento deliberado das normas que regulam o funcionamento dos trabalhos, comportamento que não pode ser aceite nem normalizado. O aproveitamento indevido e desrespeitoso de um pequeno incidente ocorrido durante a sessão, episódio que foi prontamente resolvido no local e que merecia reserva, respeito institucional e sentido de responsabilidade e não a sua exploração pública com fins de exposição ou de instrumentalização política. A Assembleia Municipal é um órgão deliberativo, sujeito a regras claras, aprovadas por este plenário, cujo cumprimento é obrigatório para todos os seus membros, sem exceção. O regimento não é facultativo, nem pode ser relativizado em função de interesses pessoais ou estratégias de comunicação externa. O desrespeito pelas normas regimentais e pela dignidade desta Assembleia constitui um desrespeito direto pelos munícipes de Sever do Vouga, que esperam dos seus eleitos um comportamento responsável, urbanidade institucional e elevação democrática. O Presidente da Assembleia Municipal reafirma que tudo fará para garantir o cumprimento rigoroso do regimento, a defesa da dignidade deste órgão e o respeito pelo funcionamento democrático da Assembleia Municipal.”-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** deu por terminado este período, informando que iria dar início ao período de antes da ordem do dia. Marta Batista fez uma interpelação à mesa.-----

No que respeita aos pontos 2 e 3 da Ordem de Trabalhos, **Marta Batista** afirmou ter subentendido, da leitura do Regimento, que o período destinado ao público ocorreria antes do período de antes da ordem do dia, solicitando, por isso, um esclarecimento sobre a ordem dos referidos pontos, relativamente ao que vem disposto no artigo 36º, de intervenção do público, no regimento.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** agradeceu a nota e referiu que, analisado o Regimento, o mesmo prevê um período de trinta minutos antes da ordem do dia, e não antes do período de antes da ordem do dia. Informou, ainda, que a situação seria analisada com mais tempo para uma próxima sessão e prosseguiu de acordo com a Ordem de Trabalhos.-----

-----**2 – Período de Antes da Ordem do Dia**-----

Feitas as inscrições, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a primeira palavra a António Dias.-----

António Dias cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e todos os presentes, referindo que se encontravam num período natalício, tempo de fraternidade, compreensão e solidariedade, bem como de reflexão sobre o ano de 2025. Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Talhadas, aproveitou a oportunidade para colocar duas questões à Vice-Presidente da Câmara Municipal. Recordou ter abordado anteriormente a possibilidade de a Câmara, em conjunto com as juntas de freguesia, adquirir terrenos a preços reduzidos, de modo a oferecer soluções acessíveis para a população, especialmente para os jovens que procuram casa e terreno para construir. Solicitou esclarecimento sobre eventuais medidas implementadas ou, caso não existam, que seja tomada a iniciativa necessária para o concelho. De seguida, questionou quando seria aplicado alcatrão frio nos buracos existentes nas estradas da freguesia, nomeadamente os resultantes de intervenções da AdRA aquando da instalação do saneamento, há já alguns anos. Perguntou igualmente sobre a instalação de rails na EN333, no lugar da Frágua, local onde se registaram dois acidentes mortais nos últimos dois meses. Referiu que a sinalização e marcação das estradas da freguesia são, na maior parte, inexistentes ou pouco visíveis, com várias placas tombadas ou danificadas, citando os lugares de Frágua, Silveira e Talhadas, entre outros.

Relembrou ainda que, na sessão de setembro, o Presidente da Câmara Municipal informou um membro sobre a previsão de colocação de um rail de 500 metros na referida estrada, solicitando confirmação e esclarecimento, de forma a evitar novos acidentes.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a Maria Elisabete Henriques.----

Maria Elisabete Henriques cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e todos os presentes e referiu que a bancada do Grupo Municipal do Partido Socialista pretendia apresentar dois requerimentos ao Presidente da Câmara Municipal neste período, passando a ler o primeiro: *“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sever do Vouga, o Grupo do PS desta Assembleia vem requerer a vossa excelência o seguinte: conjuntamente com os elementos de trabalho enviados para cada sessão da Assembleia Municipal, a cada membro, seja também enviado um mapa com todos os pagamentos mensais efetuados pelo município às diversas entidades”*. De seguida, leu o segundo requerimento: *“Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia Municipal de Sever do Vouga, o PS, desta Assembleia Municipal vem requerer a vossa excelência o seguinte: cópia de todos os contratos que o município tem em vigor, bem como cópia de todas as faturas relativas aos mesmos; o processo completo do projeto com a designação Reposição e Reparação de Infraestruturas e Equipamentos Públicos Municipais de Suporte às Populações, Destruídos pelos Incêndios Rurais de setembro de 2024, incluindo as adjudicações efetuadas e os relatórios emitidos por entidades certificadas relativos aos carotes de controle de qualidade do pavimento betuminoso já aplicado; cópia de toda a correspondência de empreiteiros a solicitar ao município o pagamento dos trabalhos que executaram; cópia de toda a correspondência recebida da Comissão Nacional de Eleições sobre os placas indevidamente colocados no período eleitoral, bem como os custos de colocação e remoção dos mesmos; cópia do processo de aluguer da niveladora do município à empresa Burgoconvite, Lda. para execução de trabalhos nos terrenos dessa mesma imprensa ou do seu sócio-gerente; mapa com todos os custos de 2025 associados à implementação da Feira do Mirtilo e da Ficavouga; informação relativa à distribuição dos pelouros do atual executivo”*.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Élio Figueiredo.-----

Élio Figueiredo cumprimentou todos os presentes. Manifestou satisfação em ver cidadãos presentes na assembleia. Em representação do Grupo Municipal do Partido Chega de Sever do Vouga, solicitou à Vice-Presidente da Câmara Municipal os seguintes esclarecimentos: após consulta aos documentos enviados ao grupo municipal que lidera, pelo Núcleo de Apoio aos Locais, via e-mail, no dia 11 de dezembro, relativos à reunião ordinária de 10 de dezembro, julgou ser relevante esclarecer o plenário sobre o motivo da ausência do Vereador Rui Correia naquela reunião. De seguida, questionou a razão pela qual o requerimento apresentado pelo grupo municipal, datado de 15 de dezembro, ainda não tinha obtido respondido, informando que o pedido se baseava no facto de ter sido enviada apenas a ata número 26 de 2025, referente à reunião de 26 de novembro de 2025, e não a da reunião de 10 de dezembro de 2025. Salientou a importância de compreender se os fundamentos da ausência do vereador se enquadram no disposto no artigo 77º ou no artigo 78º da Lei n.º 169/99, ou seja, se se trata de uma falta ou de uma situação que justifique e fundamente a sua substituição naquela reunião.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a Marta Batista.-----

Marta Batista saudou todos os presentes e o exercício democrático que os trouxe à assembleia. Afirmou que a vontade popular foi expressa no dia 12 de outubro e que ninguém a contesta, mas frisou que é importante não confundir uma vitória eleitoral com um mandato absoluto pois, quando se afirma que os severenses escolheram claramente o que queriam e o que não queriam, importa fazer um esclarecimento simples - 57% dos cidadãos de Sever do Vouga não optaram pelo PSD. Destacou que isso não é uma opinião, mas um facto aritmético, e acrescentou que, felizmente, em Sever do Vouga ainda se sabem fazer contas. Referiu que o método eleitoral permitiu transformar 45% dos votos em

liderança, o que é legítimo e democrático, mas não representa unanimidade nem um cheque em branco. Salientou que a assembleia municipal não existe para bater palmas, mas sim para debater, fiscalizar e representar todos os severenses, incluindo aqueles que não votaram no PSD, não havendo ali ninguém ingénuo, distraído ou desinformado. Referiu que os severenses sabem muito bem o que escolheram e também o que não quiseram e recordou que a história política ensina que vozes discordantes, quando unidas, deixam de ser apenas vozes para também passarem a ser força. Afirmou que ninguém nega ao PSD o direito de trabalhar, mas lamenta que considerem que não necessitam de escutar 57% dos severenses para levar este concelho para a frente. Sublinhou que a democracia não é um microfone com som só de um lado, mas sim diálogo e pluralidade. Passando a outro tema, manifestou a sua tristeza relativamente à forma como o período natalício está a ser vivido em Sever do Vouga. Lembrou que, no último mandato, com o contributo ativo dos vereadores do CDS-PP, foram desenvolvidos programas culturais relevantes, como o Dlim Dlão com a pista de gelo. Disse que custa aceitar que este ano essa iniciativa tenha sido simplesmente esquecida. Mais ainda, por existir no orçamento de 2025 uma rubrica financeiramente generosa para esse efeito, mas que acabou por não ser utilizada e que poderia servir para devolver às nossas crianças e jovens a magia do Natal no concelho. Dirigindo-se à Vice-Presidente da Câmara Municipal, pediu que esclarecesse o que foi dito em reunião de Câmara e explicasse de forma cabal porque é que não seria correto tomar decisões relativas a grandes eventos num período pós-eleitoral. Apontou que tal justificação não impediu a realização de uma grande festa na Ficavouga, nem a discussão de documentos estruturantes, como o orçamento municipal. Informou que, até ao final da sessão, o CDS apresentaria um pedido por escrito para que sejam enviados os mapas de contas correntes a todos os membros da assembleia municipal, da mesma forma que são enviados aos membros da câmara municipal. Concluiu desejando que a assembleia decorresse da melhor forma possível, aproveitando para transmitir votos de boas festas, saúde e paz a todos os presentes.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a João Oliveira.--
João Oliveira cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e todos os presentes. Referiu que, à semelhança do mandato anterior, pautará a sua atuação na assembleia não pela luta partidária, mas pela procura do melhor para os cidadãos do concelho de Sever do Vouga e para o seu desenvolvimento e progresso, nomeadamente através de crítica construtiva sempre que tal se justifique e da apresentação de sugestões e propostas de melhoria. Considerou que, em comparação com os concelhos vizinhos, Sever do Vouga se encontra em situação de atraso, atribuída, entre outros fatores, à falta de investimento nos parques industriais, à insuficiência de apoio às empresas existentes e à inexistência de condições atrativas para a instalação de novas empresas no concelho. Salientou que as empresas são geradoras de emprego, produtividade e dinamização da economia local, influenciando positivamente a habitação, o comércio, a natalidade e o desenvolvimento do território, referindo que muitos empresários, incluindo naturais do concelho, optam por se instalar em concelhos vizinhos por encontrarem melhores condições. Defendeu que o município deve proporcionar mais e melhores condições às empresas, através de incentivos à instalação, melhoria das infraestruturas das zonas industriais, reforço dos acessos, disponibilização de meios de transporte para os trabalhadores e redução da burocracia associada à aprovação de investimentos. Referiu ainda que a ligação de Sever do Vouga à A25 constitui uma prioridade estratégica, existindo projeto e verba aprovados, e que a sua concretização poderá contribuir significativamente para o desenvolvimento do concelho. Sublinhou a necessidade de o executivo municipal continuar a diligenciar junto das entidades governamentais competentes para que a obra seja executada no mais curto prazo possível, alertando para a existência de projetos semelhantes que não foram concretizados ou ficaram inacabados, pelo que considerou essencial manter uma atuação atenta, ativa e persistente. Informou, a título exemplificativo, que o Partido Socialista apresentou, nessa semana, na reunião da CIRA, um pedido à respetiva mesa com este objetivo. Dirigindo-se

à Vice-Presidente da Câmara Municipal, Paula Coutinho, solicitou que fosse prestada informação à assembleia sobre o ponto de situação do projeto de ligação à A25, questionando igualmente se a Câmara Municipal já concluiu os procedimentos respeitantes aos pedidos de alteração ao projeto apresentado. Por fim, referiu que, apesar de na sessão de tomada de posse ter sido mencionado que a abordagem a buracos na estrada não dignifica a Assembleia Municipal, considerou que existem situações em que a degradação do pavimento em vias principais, visível durante longos períodos e colocando em risco a segurança dos condutores, justifica a chamada de atenção às entidades responsáveis pela respetiva reparação.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a Paulo Lourenço.-----

Paulo Lourenço cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e todos os presentes. Referiu que pretendia prestar um breve esclarecimento e fazer uma revisão de memória relativamente ao contexto eleitoral, afirmando que, nas últimas eleições, não existiram coligações, mas sim candidaturas independentes com identificação política. Considerou que a utilização de argumentos de natureza aritmética para agregar percentagens de voto constitui uma falácia, uma vez que cada eleito representa a força política que o elegeu, não podendo falar-se de uma representação global única. Afirmou que a referência a uma percentagem de 57% resulta apenas de uma soma aritmética e não corresponde à cor política dos eleitores que votaram nos eleitos em causa, considerando essa abordagem demagógica. Referiu ainda que o CDS, que anteriormente proclamava esse tipo de entendimento, perdeu o vereador que tinha eleito, sendo atualmente uma força minoritária, associada a outros partidos de menor expressão. Acrescentou que a expressão política referida se verifica essencialmente na margem sul do Rio Vouga, entendendo que, na margem norte, a representatividade é reduzida.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Marta Batista.--

Marta Batista dirigiu-se a Paulo Lourenço, referindo que este poderá não ter interpretado corretamente as suas palavras. Esclareceu que afirmou apenas que 57% dos eleitores do concelho de Sever do Vouga não votaram no Partido Social Democrata, não tendo dito que os restantes votos tenham sido atribuídos a outras forças políticas específicas. Sublinhou que a sua intervenção visou apenas evidenciar que a maioria dos eleitores não votou na força política que atualmente representa o executivo municipal. Referiu que essa percentagem resulta de um cálculo objetivo, reiterando que se trata de um dado factual. Acrescentou que todos os membros da assembleia têm o direito de representar os eleitores que os elegeram e de exprimir a sua opinião, desde que seja com respeito mútuo, reconhecendo que o método de Hondt atribuiu ao PSD uma maioria relativa, a qual deve ser respeitada. Recordou ainda que, no passado, o CDS apoiou o PSD e honrou os compromissos assumidos até ao final, situação que, no seu entendimento, não foi reciprocamente cumprida. Deu como exemplo uma conferência de líderes, na qual foi decidido que o CDS deveria apresentar um nome - tendo o seu nome sido referido, embora não fizesse parte da Assembleia naquela altura - decisão que o PSD deveria ter apoiado, mas cujo resultado da votação foi o que foi. Concluiu afirmando que, no seu entender, foi o PSD que não agiu de forma correta relativamente ao CDS.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a Cláudia Silva.-----

Cláudia Silva cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e todos os presentes. Afirmou concordar com as intervenções da deputada Marta Batista, referindo que 57% dos eleitores do concelho de Sever do Vouga não votaram no Partido Social Democrata, tal como não votaram noutras forças políticas, designadamente no CDS, no Partido Socialista, na lista de independentes ou no partido Chega. Salientou que 43% dos eleitores escolheram o projeto político do PSD, percentagem refletida nos resultados eleitorais, expressando a vontade dos severenses. Referiu que esses 43% corresponderam aos votos que sufragaram o projeto político do PSD, as pessoas que o representam e a confiança depositada na sua proposta para a governação do município, acrescentando que os restantes 57% dos eleitores optaram, de forma dispersa, por outras forças representativas da democracia local.

Considerou que se exige um compromisso político mínimo por parte dos eleitos, não apenas para com o respetivo eleitorado, mas também para com o conjunto dos eleitores que sufragaram a força política vencedora. Referiu que a assembleia municipal é a casa da democracia e que existe um projeto político sufragado nas urnas e vencedor pelo método de Hondt, correspondendo a uma maioria relativa, acrescentando que, na sua interpretação, a atual composição do executivo representa uma maioria reforçada. Concluiu afirmando que todos os eleitos devem estar disponíveis para trabalhar, assumir compromissos com o respetivo eleitorado, com o bem-estar de Sever do Vouga e, sobretudo, respeitar a vontade democraticamente expressa pelos severenses.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao executivo para responder aos pontos em que foram interpelados.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** cumprimentou a todos os presentes e solicitou autorização ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal para transmitir algumas palavras do Senhor Presidente da Câmara, ausente por motivos já conhecidos, procedendo à leitura de uma mensagem por este enviada, destinada a todos os presentes.-----

“É com uma emoção particular e um sentido de honra redobrado que vos dou as boas vindas à primeira assembleia municipal ordinária deste novo ciclo de governação. Permita-me que comece por saudar e felicitar cada um dos membros desta Assembleia, eleitos para representar o nosso povo, a nossa terra e o futuro que desejamos construir. As eleições de 12 de outubro foram um momento de elevação democrática, de grande participação cívica e de clara definição de rumo. Nos últimos quatro anos, trabalhamos com afinco, superando os desafios da ausência de maioria. Para este segundo mandato, os nossos municípios fizeram questão de falar mais alto e conferirem-nos uma maioria clara. Esta maioria, mais que um privilégio, é uma responsabilidade gigantesca. Este é um mandato que nos confere a estabilidade necessária para a concretização do nosso programa de governo autárquico. Conto com o debate elevado e a fiscalização ativa desta casa. Mas conto também que todos reconheçamos que esta nova estabilidade é, acima de tudo, uma oportunidade para servir melhor. Neste momento, não posso deixar de vos dirigir uma nota mais pessoal. Como é do conhecimento público, no passado dia 21 de novembro, fui confrontado com um acidente vascular cerebral. Foi um momento duro e inesperado, que me obrigou a uma paragem reforçada para me dedicar à recuperação. O processo de recuperação ainda não está concluído e, seguindo o aconselhamento médico, lamento profundamente a minha ausência nesta sessão de hoje. Esta experiência ensinou-me mais uma vez a fragilidade da vida e a importância do tempo e, por isso, o meu regresso não será apenas o cumprimento de um dever. É a reafirmação de um compromisso que se tornou mais forte, mais urgente. Cada dia que temos para servir o nosso concelho é um presente e não o desperdiçarei. O nosso projeto é ambicioso. Queremos um concelho com mais oportunidades para os nossos jovens, mais dignidade para os nossos idosos e um território que seja, segundo a norma estratégica, melhor para viver, trabalhar e gerar valor. A Assembleia Municipal constitui o pilar e o fórum indispensável para o debate e a validação democrática desta visão. Apelo a todos para que o debate seja sempre focado nas soluções, que a crítica seja construtiva e que o objetivo final seja sempre o bem-estar da nossa comunidade. Estamos unidos pelo mesmo território, pela mesma história e pelo mesmo futuro. Obrigado pela vossa dedicação e empenho. Com a esperança de retomar em breve as minhas funções e confiante na vossa colaboração, despeço-me com os melhores cumprimentos.” De seguida, passou à resposta às questões colocadas, aproveitando para desejar ao senhor Presidente da Câmara Municipal rápidas melhoras, manifestando a expectativa de que em breve possa retomar a sua participação nas reuniões. Relativamente às questões colocadas pelos senhores deputados municipais, começou pela intervenção de António Dias, referente à aquisição de terrenos, esclarecendo que já tinha sido oportunamente transmitido que existe uma solução através da Estratégia Local de Habitação, a qual prevê a construção de habitações de acordo com o levantamento então efetuado das necessidades habitacionais do concelho.

Informou ainda que as empreitadas de alcatroamento, bem como os trabalhos relativos ao frio e aos rails, já se encontram adjudicados, prevendo-se o seu início a curto prazo. Quanto à marcação das estradas e à colocação de sinalização, referiu que já se encontram a ser efetuadas algumas marcações no local, salientando que os trabalhos decorrem de acordo com a disponibilidade dos empreiteiros e das adjudicações realizadas, sendo, contudo, visível alguma movimentação nesse sentido. Relativamente à intervenção de Maria Elisabete Henriques, que apresentou dois requerimentos, a Vice-Presidente esclareceu que um deles coincide com o requerimento apresentado por Marta Batista, referente a um mapa de contas correntes, informando que os vereadores têm acesso a essa documentação no âmbito das reuniões de Câmara, onde os referidos documentos são disponibilizados, acrescentando que será verificada, junto dos serviços, a possibilidade de os fazer chegar também ao órgão deliberativo. Quanto ao segundo requerimento, por se tratar de matéria extensa, informou que o mesmo será analisado, sendo posteriormente dada resposta, ou, em alternativa, poderá ser agendada uma data para consulta presencial dos documentos. Relativamente à intervenção de Élio Figueiredo, referiu que o mesmo terá recebido a minuta da ata da respetiva reunião, esclarecendo que a ausência do Vereador Rui Correia se deveu ao facto de se encontrar fora do concelho, tendo solicitado a sua substituição, uma vez que tinha inicialmente uma consulta médica, a qual acabou por se prolongar, justificando assim a sua ausência durante o restante período da semana, considerando-se devidamente justificada a referida substituição. Em resposta à intervenção de Marta Batista, a Vice-Presidente explicou que, no presente ano, o executivo optou por uma abordagem diferente relativamente às festividades natalícias, mantendo o essencial, nomeadamente a festa dedicada às crianças, que terminou no próprio dia no Centro de Artes e Espetáculos, e introduzindo alterações ao nível da animação de rua. Esclareceu que o conceito do “Bosque Mágico” não teve este ano a mesma incidência do ano transato, manifestando a expectativa de que, no próximo ano, seja possível retomar essa dinâmica, devolvendo ao parque a magia encantada a que a população já estava habituada. Referiu ainda que a decisão de concentrar a animação de rua junto do comércio local resultou da auscultação realizada, tendo sido identificada a necessidade de atrair mais clientes ao comércio da sede do concelho. Acrescentou que, antes do início da sessão, uma orquestra percorreu as ruas da sede do concelho, contribuindo para a animação natalícia e para a promoção de valores como a empatia e a convivência, salientando a importância do trabalho conjunto e da colaboração para o bom funcionamento da comunidade. A Vice-Presidente sublinhou ainda que, conforme referido pelo Presidente da Câmara na mensagem dirigida aos presentes, todas as críticas construtivas são bem-vindas, por contribuírem para o desenvolvimento do concelho, reforçando que o objetivo comum é o progresso contínuo de Sever do Vouga e a sua projeção além-fronteiras. Manifestou o orgulho do executivo nas associações locais e em todos os que apresentam propostas de desenvolvimento para o território, salientando a importância da partilha de opiniões, do debate de ideias e da participação cívica. Referiu ainda a realização da primeira reunião do Conselho Municipal de Juventude do presente mandato, considerando-a uma mais-valia, dado o debate construtivo ali verificado. Relativamente à intervenção de João Oliveira, informou que o tema será abordado no ponto 4.2 da ordem de trabalhos, aquando da discussão do Orçamento Municipal e das Grandes Opções do Plano para 2026, destacando a existência de investimento previsto para as zonas industriais, com o objetivo de promover o seu desenvolvimento. Referiu que o executivo partilha da opinião de que a fixação de indústria no concelho contribui para a atração de população e para o desenvolvimento económico, sublinhando o potencial existente nas zonas industriais e o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido para dar resposta às empresas já interessadas, bem como a outras que possam vir a instalar-se no território. Acrescentou ainda que existem impostos com taxas reduzidas direcionadas para a indústria, precisamente com o intuito de incentivar a sua fixação no concelho. No que respeita à ligação do IC35, esclareceu que o assunto foi discutido no âmbito da CIRA, e na última reunião de Câmara,

tendo sido igualmente abordado em reuniões do Presidente da Câmara com o senhor Secretário de Estado e com o senhor Ministro. Informou que ficaram definidas algumas datas indicativas, nomeadamente a conclusão do estudo de impacto ambiental no primeiro trimestre de 2026, a elaboração do projeto de execução até ao final de 2026 e a continuação do processo ao longo de 2027, considerando que o projeto se encontra bem encaminhado. Sublinhou ainda o empenho do executivo na defesa dos interesses do concelho junto do poder central, evidenciado pelas candidaturas apresentadas e pelo avanço deste projeto estruturante, reconhecendo a complexidade e os trâmites inerentes ao mesmo, apelando, contudo, à necessária paciência para a sua concretização.-----

-----3 – Período Destinado ao Público-----

Gorete Maria Martins Jorge Pais questionou se o caminho da Travessa de Entrelomba será orçamentado para 2026. Por fim, desejou um feliz Natal a todos os presentes.-----

Álvaro de Pinho Duarte felicitou todos os eleitos para as funções em curso. De seguida, apresentou duas questões que disse considerar pertinentes. Primeiro, a limpeza da ecopista em Paradela e Cedrim, onde constatou que a mesma se encontra mal conservada, com necessidade de remoção de folhas, limpeza de terras e manutenção das árvores, sugerindo que a Câmara Municipal efetuasse limpezas pelo menos uma vez por semana. De seguida, alertou para a situação de perigo causada pelo trânsito de veículos pesados, na EN16, especialmente semirreboques, que ocupam praticamente toda a estrada, questionando a possibilidade de interditar o trânsito a pesados naquela via. Para concluir, desejou a todos os presentes um feliz Natal e um bom ano novo.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra ao executivo.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** reiterou os cumprimentos feitos anteriormente. Relativamente à Travessa de Entrelomba, informou que a obra está prevista para execução no próximo ano. Em relação ao trânsito na EN16, referiu que será analisada a possibilidade de implementar o proposto por Álvaro Pinho Duarte, estando a situação em análise. Quanto à limpeza da ecopista, explicou que a infraestrutura ainda se encontra em obras, mas assegurou que será dada atenção à manutenção.-----

Terminado este ponto e antes do início do período da ordem do dia, António Dias pediu a palavra, a qual lhe foi concedida pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

António Dias cumprimentou o Presidente da Assembleia Municipal e todos os presentes. Referiu que, na reunião de líderes, solicitou a permuta do ponto 4.10 pelo ponto 4.2, uma vez que este último corresponde ao orçamento para o ano de 2026 e contém valores previstos no regulamento de apoio às freguesias, atualmente em vigor, cuja alteração ainda não foi votada. De seguida, procedeu à entrega de um requerimento para o efeito.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** submeteu à votação do órgão deliberativo a proposta de troca da ordem dos pontos 4.2 e 4.10, a qual foi reprovada por maioria, com 14 votos a favor e 15 votos contra.-----

14 votos a favor – Alexandre Rocha, António Dias, Arolde Balaias, Élio Figueiredo, Filipe Marques, Inês Fernandes, João Oliveira, Maria Elisabete Henriques, Mariana Bastos, Marta Batista, Nuno Rodrigues, Rafael Bastos, Roberto Freitas e Sónia Correia.-----

15 votos contra – Almiro Machado, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, José Henrique Bastos, José Pedro Lemos, Luís Pereira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Paulo Lourenço, Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.-----

-----4 – Período da Ordem do Dia-----

4.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal: - Foi apresentada ao órgão deliberativo informação escrita sobre a atividade da Câmara Municipal, referente ao período de agosto a dezembro de 2025. Antes de dar início a um período de intervenções, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** reforçou que a informação escrita se encontra em consonância com a mensagem do Presidente da Câmara Municipal, remetendo para a mesma qualquer esclarecimento adicional.-----

De seguida, o Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a João Oliveira.-----

João Oliveira iniciou a sua intervenção agradecendo ao Presidente da Assembleia Municipal e dirigindo cumprimentos a todos os presentes. Relativamente à comunicação escrita, solicitou esclarecimentos sobre o investimento identificado como “Incêndios 2024, equipamentos desportivos, recreativos e de lazer, ecopista, túneis”, manifestando particular interesse no que respeita à ecopista, da qual é utilizador regular. Referiu ainda que a maioria das empreitadas mencionadas na referida comunicação não indica a respetiva data-limite de conclusão, solicitando que, uma vez contratualmente definida, essa informação passe a constar em todas as empreitadas, à semelhança do que sucedia no mandato anterior. No que respeita às bolsas de estudo, enquanto medida de apoio social aos estudantes mais carenciados do concelho, questionou se o valor das mesmas, fixado em 750 euros há vários anos, será objeto de atualização, bem como quantos estudantes se prevê apoiar no próximo ano. Questionou ainda a Vice-Presidente sobre a realização, ou não, do orçamento participativo em 2026, não aceitando a justificação apresentada relativamente ao custo dos projetos selecionados, uma vez que os mesmos são previamente analisados pela Câmara Municipal. Relativamente à piscina municipal, manifestou satisfação pela elevada adesão da população e pela diversidade de atividades disponíveis para várias faixas etárias, recomendando, contudo, a regulação da temperatura da água nos balneários, referindo que a água dos chuveiros se encontra excessivamente quente, situação que considera recorrente e desconfortável para os utentes, sobretudo no período de inverno. Referiu ainda que, de acordo com a informação escrita do Presidente da Câmara Municipal, as obras da bancada do Centro de Recreio e Cultura de Rocas e a Reabilitação e Requalificação do Largo da Feira se encontram em fase de revisão de projeto. Solicitou, em particular relativamente à obra de Reabilitação e Requalificação do Largo da Feira, uma descrição sucinta do projeto final após a referida revisão. Acrescentou que estes dois projetos integravam um conjunto de projetos anteriormente publicitados pela Câmara Municipal através de cartazes colocados antes das eleições e retirados na véspera das mesmas, questionando os motivos pelos quais esses cartazes, bem como os restantes, não foram recolocados ou novamente publicitados após o ato eleitoral. Questionou ainda se o objetivo da sua colocação já terá sido alcançado, se aguardam a distribuição de pelouros pelos vereadores do atual executivo ou se dependem da retoma das obras após o período que antecedeu as eleições. Solicitou, por fim, informação detalhada sobre os custos associados aos cartazes, às respetivas estruturas de suporte, bem como à sua colocação e remoção. Para concluir, desejou a todos um feliz Natal e um bom ano, endereçando ainda votos de rápida recuperação ao Presidente da Câmara Municipal.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra Marta Batista.-----

Marta Batista renovou os cumprimentos. Relativamente à parte da informação escrita dedicada ao revisor de contas, considerou que, tal como acontece noutros municípios, todas as atividades contabilísticas desenvolvidas pela Câmara deveriam ser comunicadas num ponto específico à assembleia municipal, permitindo assim uma visão clara das referidas atividades. Observou ainda que, embora a informação escrita abranja o mês de novembro, não constam os pelouros atribuídos ao executivo. Também verificou a ausência de dados sobre o início do ano letivo, nomeadamente o número de alunos existentes no concelho, por nível de ensino. Relativamente às bolsas de estudo, considerou importante ter conhecimento do número de alunos que concluíram o ensino básico e seguiram para o ensino superior, bem como quantos desses solicitaram bolsas, incluindo informação sobre possíveis dificuldades ou situação socioeconómica das famílias. Acrescentou que, no orçamento municipal, existe uma verba atribuída à assembleia municipal; no entanto, na informação escrita, não foi comunicado como é que a verba é aplicada. Constatou ainda que, apesar de a Câmara dispor da maioria, acabou com as filmagens das sessões, que eram

apreciadas pelos cidadãos. Solicitou que, na próxima informação escrita, seja apresentado o mapa de custos relacionado com as filmagens, incluindo o valor já utilizado e o remanescente do orçamento correspondente.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Mariana Bastos.-----

Mariana Bastos cumprimentou a todos os presentes. Manifestou preocupação e tristeza com a conduta observada durante a sessão, considerando que, para ser respeitado, é necessário também respeitar os demais. Enfatizou a importância de manter um ambiente de respeito e de ouvir atentamente a opinião de todos, salientando que atitudes de gozo ou risos durante a sessão são inadequadas e prejudicam o clima de trabalho construtivo. Acrescentou que o respeito mútuo é fundamental para o crescimento e desenvolvimento do concelho de Sever do Vouga, destacando que considera a educação como um valor essencial a ser transmitido e praticado.-----

Foi, pelo **Presidente da Assembleia Municipal**, concedida a palavra a António Dias.-----

António Dias manifestou preocupação com atitudes observadas na bancada do PSD, nomeadamente comportamentos de risos e críticas dirigidas a membros de outros partidos. Referiu, como exemplo, a situação ocorrida com um membro do PS que terá sido alvo de insultos, considerando tais atitudes inadequadas. Assinalou que a suspensão das transmissões se terá devido, em parte, a comportamentos semelhantes ocorridos na tomada de posse, quando um Presidente de Junta ofereceu uns óculos a um membro do Partido Chega, sem que medidas corretivas fossem tomadas. Concluiu afirmando que, embora as pessoas tenham direito a rir-se, não devem fazê-lo de forma a “fazer pouco dos outros”.----

O **Presidente da Assembleia Municipal** referiu, tendo em conta as informações prestadas e a motivação gerada pelo tema em discussão, a questão das transmissões televisivas. Informou que, neste momento, e como é do conhecimento de todos, o orçamento está a ser aprovado. Esclareceu que foi solicitado ao executivo da Câmara Municipal que apresentasse propostas para a transmissão televisiva futura, devido ao custo elevado.-----

Cláudia Silva pediu para fazer uso da palavra, tendo-lhe sido concedida pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

Cláudia Silva cumprimentou novamente os presentes e manifestou concordância geral com os temas discutidos, embora assinalando discordâncias relativamente a algumas observações, quer não enunciadas, quer expressas de determinada forma. Considerou que, no momento, a discussão deveria centrar-se na comunicação escrita do Presidente da Câmara, em conformidade com a ordem de trabalhos, apelando a todas as bancadas e aos elementos presentes para respeitarem as regras democráticas e se manterem dentro do tema em debate. Recordou que, na última sessão, foi aprovado o regimento da assembleia municipal, e sugeriu que todos os membros se familiarizem com o documento, de modo a compreender o funcionamento daquele órgão, nomeadamente no que respeita às transmissões e à transparência. Salientou que transparência não se resume a gravar e transmitir, sendo necessário um compromisso político sério que dignifique o órgão. Considerou que não é o momento adequado para propor alterações ao regimento, recomendando que a discussão se recentre na comunicação escrita do Presidente da Câmara e no prosseguimento da ordem de trabalhos.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Filipe Marques.---

Filipe Marques cumprimentou os presentes e destacou diversas obras mencionadas, com especial referência à edificação na zona da praça da feira, nomeadamente um projeto de campos de padel. Solicitou esclarecimento sobre se foi conferido o distanciamento dessa edificação em relação à ribeira existente, considerando que, de acordo com normas gerais, existe uma presunção de 50 metros de afastamento para cada lado da ribeira, e questionou se a construção poderá interferir nesse limite, salientando que a preocupação se prende com a segurança de todos. Referiu ainda outra questão levantada por João Oliveira, relativa ao custo dos cartazes referentes a obras municipais incluídas na informação escrita. Questionou, para além do valor, se a colocação e a remoção desses cartazes foram objeto

de concurso público, conforme determinado pelo município, solicitando esclarecimento detalhado sobre estes aspetos.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao executivo.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** reiterou os cumprimentos anteriormente prestados. Relativamente às questões colocadas por João Oliveira sobre as obras, informou que, na próxima informação escrita, será verificada a inclusão das datas-limite de execução das empreitadas. Quanto às piscinas municipais, referiu que será analisada, em conjunto com os serviços, a possibilidade de regular melhor a temperatura da água. Relativamente às bolsas de estudo, esclareceu que o valor das mesmas não é de 750 euros, mas sim de 1000 euros e informou que, no passado, foram atribuídas 51 bolsas e prevê-se um número semelhante, sujeito à dotação orçamental. Sobre os cartazes, referiu que o requerimento do PS, apresentado pela deputada Maria Elisabete Henriques, solicitava precisamente a informação sobre o custo dos cartazes e demais detalhes, e que, oportunamente, a informação será distribuída às bancadas que subscreveram o requerimento. Referiu ainda que as sugestões de Marta Batista foram anotadas e que será posteriormente fornecido um relatório detalhado sobre o arranque do ano letivo, incluindo a informação solicitada. Quanto ao revisor de contas, informou que essa matéria será submetida à assembleia no próximo ano, aquando da aprovação das contas. Em resposta à questão levantada por Filipe Marques sobre os cartazes, indicou que a informação será igualmente prestada, mas referiu que a colocação dos mesmos cumpriu as regras de contratação pública, lembrando que adjudicações até cinco mil euros podem ser feitas diretamente, sendo que valores superiores dependem de procedimento específico. Relativamente à edificação na zona da praça da feira, comunicou que já foi emitido o parecer da área técnica, estando os técnicos a desenvolver as especialidades do projeto. No caso da obra da bancada de Rocas, também se encontram a proceder à execução das especialidades para conclusão da obra. Por fim, sobre a ecopista, explicou que existem algumas fissuras nos túneis, o que motivou a intervenção referida na informação escrita.-----

4.2 Orçamento Municipal e GOP's 2026: - Para cumprimento do previsto na alínea c), do n.º 1, do artigo 33º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foi elaborada a proposta de orçamento e as opções do plano, destinados à sua aprovação pela Assembleia Municipal, conforme o estabelecido na alínea a), do n.º 1, do artigo 25º da Lei acima referida. O orçamento para o próximo ano económico é de € 19 150 000,00 (dezanove milhões, cento e cinquenta mil euros), estando os recursos previstos devidamente evidenciados no orçamento de receita, para aplicação e alcance dos referidos objetivos definidos no orçamento de despesa, que devem ser conjugados com os restantes documentos apensos. Foi elaborado um conjunto de demonstrações previsionais previstas no parágrafo 46 da Norma de Contabilidade Pública (NCP) n.º 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) e ainda os documentos previstos no artigo 46.º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI). De salientar as Grandes Opções do Plano, com os vários projetos, ações e atividades dotadas para 2026 em € 13 500 000,00 (treze milhões e quinhentos mil euros), que compreende o Plano Plurianual de Investimentos com um total definido de € 7 500 000,00 (sete milhões e quinhentos mil euros) e o Plano de Atividades com o valor definido de € 6 000 000,00 (seis milhões de euros).-----

Foram registadas as seguintes intervenções:-----

O Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** começou por explicar que o orçamento municipal de 2026 foi elaborado em conformidade com as regras estabelecidas pelo POCAL, cumprindo as normas legais aplicáveis. Informou que o orçamento da receita compreende 11,85 milhões de euros em receitas correntes e 7,3 milhões de euros em receitas de capital e outras receitas. As principais receitas incluem as fiscais, no valor de 1,87 milhões de euros; as transferências do orçamento, de 9,85 milhões de euros; e as

transferências para comparticipação de projetos pelos fundos europeus e pelo Estado português, totalizando aproximadamente 5,8 milhões de euros. O orçamento de despesas prevê 8,65 milhões de euros em despesas correntes e 5 milhões de euros em despesas de capital, sendo as principais despesas as de pessoal, no montante de 4,97 milhões de euros; aquisição de bens e serviços, 4,65 milhões de euros; e aquisições de bens de capital, 7,03 milhões de euros. No plano de atividades mais relevante, destacou projetos de importância tanto pelo valor investido como pelo benefício à população severense, incluindo o transporte escolar e transporte de alunos com necessidades especiais, atividades culturais no Centro de Artes e Espetáculos (CAE), transferência de competências na área da educação, ação social e saúde, eventos como a Ficavouga, a Feira do Mirtilo e o Rally de Portugal, incentivos à natalidade, serviço de recolha e tratamento de resíduos sólidos, equipas de intervenção permanente e transferências para freguesias, associações e para a CIRA. No plano plurianual de investimentos, salientou projetos como a reabilitação da praia fluvial, o centro de saúde e a sua extensão, a refuncionalização de equipamentos e qualificação de espaços públicos, áreas de acolhimento empresarial e apoio ao emprego e ao empreendedorismo, o CROA, a reabilitação do posto da GNR, a conservação da rede viária, aquisição de imóveis e transferências para instituições sem fins lucrativos e para a CIRA. Por fim, afirmou que as propostas apresentadas pelos diversos partidos estão, de forma geral, contempladas no orçamento municipal, sendo que a maior parte já tinha sido identificada pelo executivo e está refletida no documento.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Maria Elisabete Henriques.-----

Maria Elisabete Henriques cumprimentou novamente os presentes e deixou algumas notas para reflexão relativamente à análise do orçamento apresentado. Referiu que existe uma verba de aproximadamente 7 milhões de euros destinada à aquisição de bens de capital, sugerindo que fosse detalhado o destino e a utilização desse montante. Observou uma redução de 70 mil euros por freguesia nas verbas habituais destinadas a investimentos, questionando a razão dessa diminuição. Apontou ainda que os custos com o pessoal já representam mais de 43% do total do orçamento corrente. No que respeita ao alargamento das zonas industriais, registou uma verba de 410 mil euros, considerando que não corresponde às necessidades e expectativas do concelho, comparando com 725 mil euros destinados a eventos como a Ficavouga, a Feira do Mirtilo e o Rally de Portugal, e 170 mil euros para a reconversão dos gabinetes municipais, questionando a proporcionalidade dos valores. Referiu uma verba de cerca de 2 310 000 euros para remodelação e ampliação do centro de saúde, questionando a real necessidade dessas obras e salientando a importância de garantir o funcionamento do equipamento. Observou também os incentivos a médicos no valor de 27 mil euros, comparando com uma transferência de 13 863,64 euros feita à CIRA para um barco-moliceiro na Carpintaria Naval, bem como 400 mil euros para o Centro de Recolha Animal, enquanto a CROA recebeu 37 068,46 euros. Salientou ainda o aumento da participação variável do IRS e registou uma verba de 220 mil euros para a estrada de Silva Escura a Dornelas, expressando a expectativa de que a obra seja concluída durante o ano de 2026, considerando o atraso verificado.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Dias.-----

António Dias cumprimentou todos os presentes. Relativamente ao orçamento municipal apresentado, salientou que as autarquias têm a responsabilidade de atender às prioridades correntes, como educação, saúde, bem-estar social e outros serviços essenciais, enfatizando a importância de um equilíbrio responsável na gestão orçamental, de forma a garantir as necessidades imediatas sem comprometer o futuro das comunidades e o progresso que todos desejam. Referiu que, além da votação do orçamento para 2026, a sessão constitui uma oportunidade para refletir sobre o trabalho do executivo camarário desde 2021, sendo momento de analisar os quatro orçamentos apresentados e votados em assembleia. Manifestou preocupação pelo facto de a sua freguesia ter, ano após ano, perdido apoios da Câmara Municipal, situação que, segundo indicou, compromete o desenvolvimento local e

dificulta a resolução de problemas, contrariando os princípios de equidade e equilíbrio territorial. Questionou como poderiam continuar a aprovar-se orçamentos que não atendem às necessidades de freguesias como a sua, destacando que o orçamento apresenta um corte de 70 mil euros para todas as freguesias. Salientou que a Junta de Freguesia de Talhadas continua a apoiar a comunidade de forma significativa, com gestão cuidada e compromisso com os habitantes em várias atividades, mas que os investimentos foram reduzidos. Afirmou que o executivo é responsável por não ter alocado recursos para investimentos em 2023, 2024 e 2025, ao contrário de legislaturas anteriores. Apontou exemplos de alterações orçamentais, nomeadamente o orçamento participativo reduzido de 50 mil para 200 euros, a Estrada da Vide com apenas 500 euros e a construção do arquivo municipal com 100 euros. Referiu ainda que a assembleia municipal dispõe de 19 mil euros para despesas e 16 300 euros para aquisição de bens e serviços, questionando se este valor não seria suficiente para suportar a transmissão das sessões, sugerindo que poderiam ser solicitados orçamentos a empresas dentro deste montante. Referiu tratar-se de um orçamento do “8 e do 80”, com algumas rubricas dotadas de milhões e outras dotadas de “cêntimos”, questionando se os valores baixos serão apenas para manter a rubrica aberta como acontecia no passado. Citou exemplos concretos, como a praia fluvial, cujo orçamento considera elevado, e a falta de dotação para a zona de fruição de Couto de Esteves. Falou, ainda, sobre a inexistência de dotação para o Parque do Alfusqueiro, no Cortez, criticando o facto de existir um membro da assembleia, de Talhadas, que irá votar a favor do orçamento quando já solicitou à Junta de Freguesia para fazer obras naquele local. Referiu também que faltava valor para a unidade local de proteção civil de Talhadas, que o PSD falou na campanha. Concluiu reiterando que, na sua opinião, trata-se de um orçamento “do 8 e do 80”, com algumas obras significativas e outras com valores simbólicos.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Élio Figueiredo.---
Élio Figueiredo agradeceu ao Presidente da Assembleia Municipal a oportunidade de expressar algumas palavras sobre a apreciação da proposta de orçamento para 2026. Referiu que, devido ao limite de três minutos para intervenção, seria breve. Saudou também a presença de Filipe Guerra, que participava pela primeira vez, em substituição de uma companheira que não pôde estar presente. Tendo em conta a análise atenta ao orçamento e às grandes opções do plano para 2026, solicitou ao executivo municipal alguns esclarecimentos, começando por questionar as razões pelas quais o executivo apresenta um Plano Anual de Investimentos para a Juventude até 2030, conforme indicado no quadro 11, sem qualquer atualização dos valores entre 2026 e 2030. Questionou a ausência de objetivos ou programas para a juventude, tanto no quadro 19, relativo às principais atividades a desenvolver em 2026, no ponto 3.2 do plano de atividades mais relevantes do orçamento da despesa, quanto no quadro 21, relativo aos principais projetos e ações a desenvolver em 2026. De seguida, perguntou como é possível submeter à votação do plenário um orçamento sem a descrição de algumas rubricas, como, por exemplo, “outras atividades para a juventude”, rubrica que representa uma fatia significativa do orçamento destinado à juventude. Questionou por que motivo não está prevista uma provisão para o funcionamento do Conselho Municipal da Juventude, o qual, ao abrigo do artigo 12.º da Lei n.º 8/2009 (Regime Jurídico dos Conselhos Municipais da Juventude), deverá ter um plano de atividades e orçamento para 2026. No que respeita à proteção civil e segurança, disse não ter sido possível identificar no quadro 21 qualquer menção ao alargamento da rede de bocas de incêndio, adaptação da rede existente ou criação de novos pontos de armazenamento de água, questionando se o executivo considera os recursos atualmente disponíveis suficientes. No que se refere ao desenvolvimento económico, nomeadamente às áreas de acolhimento empresarial, questionou se o valor previsto de 480 mil euros é suficiente para os desafios do concelho, comparando com o exemplo de Albergaria-A-Velha, onde a construção de um novo arruamento na zona industrial custou cerca de 5 milhões de euros e já se encontra quase totalmente ocupado. Por fim, questionou onde se encontram previstas, no orçamento, as obras essenciais de adaptação e

rebaixamento dos passeios junto às passadeiras, destinadas a cidadãos com mobilidade reduzida.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Maria Margarida Raimundo.-----

Maria Margarida Raimundo cumprimentou todos os presentes. Começou por referir que o orçamento municipal de 2026 reflete uma visão equilibrada para o desenvolvimento do concelho e para a melhoria contínua da qualidade de vida de todos os severenses, salvaguardando o maior interesse da população. Destacou que o orçamento demonstra clara preocupação com o investimento no futuro do concelho, em prol dos munícipes. Pela análise do documento, destacou alguns projetos previstos no Plano Plurianual de Investimentos e no Plano de Atividades, que contemplam ações concretas orientadas para o desenvolvimento económico, social e territorial, sem descuidar a gestão prudente da despesa corrente do município. Sublinhou a importância de equilibrar a ambição dos investimentos com a capacidade financeira do município, algo que, segundo referiu, este orçamento cumpre e salvaguarda. Afirmou que o orçamento garante a estabilidade das contas públicas municipais e cumpre os princípios da boa gestão financeira, contribuindo para que Sever do Vouga seja reconhecido como um concelho atrativo para viver, visitar e investir. Tratando-se de um orçamento que responde às necessidades atuais da população e prepara o concelho para desafios futuros, reforça a confiança dos munícipes na ação do executivo municipal. Salientou que o orçamento prevê vários projetos de investimento importantes, como a reabilitação do posto da GNR, o centro de recolha animal, incentivos à natalidade, intervenções no centro de saúde e extensões de saúde, atividades culturais no CAE e a requalificação da Praia Fluvial da Quinta do Barco, um local de referência nacional com elevado potencial turístico. Aproveitou para pedir que, num futuro próximo, o executivo considere projetos similares para a requalificação da Praia Fluvial do Rio Alfusqueiro em Talhadas, a Cascata da Cabreia em Silva Escura, o Parque Urbano de Sever do Vouga e a Zona de Fruição em Couto Esteves, reconhecendo que, embora algumas intervenções já tenham sido realizadas pelo executivo anterior, há potencial para ampliar e valorizar esses espaços turísticos. Concluiu afirmando que o orçamento municipal merece apreciação positiva, apoio e agradecimento, por representar uma opção responsável, transparente e alinhada com o interesse de todos os severenses. Por fim, desejou a todos votos de um feliz Natal, de saúde e bem-estar.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** reiterou os cumprimentos anteriormente feitos e informou que, na passada quarta-feira, dia 17 de dezembro, foi realizado o Conselho Municipal de Juventude, onde foi emitido um parecer favorável às linhas de orientação geral da política municipal para a juventude, aprovado por maioria. Referiu que todas as questões colocadas por Élio Figueiredo foram discutidas nessa reunião, tendo sido esclarecido que o orçamento contém a parte plurianual destinada à abertura da rubrica para posterior investimento, a qual será atualizada anualmente. Também foram apresentadas as principais atividades que o município pretende desenvolver na área da juventude. Destacou que a área da juventude é transversal a todas as áreas do município, incluindo educação, saúde, bem-estar, desporto e ação social. Esclareceu que a verba mencionada se destina essencialmente à elaboração do regulamento do Conselho Municipal de Juventude, cuja auscultação foi iniciada no mandato anterior e agora está em fase de redação. À medida que os jovens foram sendo ouvidos, algumas políticas de juventude do município já começaram a ser implementadas para melhoria da resposta às suas necessidades. A Vice-Presidente explicou que as rubricas do orçamento são abertas porque muitas delas são plurianuais, não se executando apenas em um ano, mas ao longo de vários. Assim, o valor indicado não significa que a atividade ou obra terá apenas essa dotação, pois ela se prolonga por outros anos civis. Informou ainda que o saldo de gerência será introduzido numa próxima revisão orçamental, prevista para fevereiro, permitindo o reforço de várias

rubricas para assegurar o bom desempenho e execução das obras, especialmente aquelas mais comentadas. Em relação aos custos com o pessoal, explicou que o aumento é natural devido a várias transferências de competências para o município, nomeadamente na educação (assistentes operacionais e técnicos), saúde (assistentes operacionais) e ação social (reforço de colaboradores). Acrescentou que os aumentos anuais aplicados também contribuem para o incremento desses custos. Sobre o centro de saúde, salientou que a saúde é uma prioridade e recordou que, no mandato anterior, foi aprovado um incentivo à fixação de médicos no concelho. Reconheceu que alguns espaços careciam de obras, mas esclareceu que a execução da atividade médica é responsabilidade do ACES, enquanto o município atua na melhoria das condições para médicos, assistentes operacionais e técnicos. Adiantou que, antes do final do ano, o município reunirá com os responsáveis distritais pelo Centro de Saúde e pelas respostas de saúde no concelho, com o objetivo de alinhar estratégias e evitar situações em que os munícipes fiquem sem consultas. Reforçou que o município está comprometido em atuar junto das entidades competentes para garantir uma prestação de saúde adequada e melhorar a assistência à população de Sever do Vouga.-----

O Orçamento Municipal 2026, que inclui as Grandes Opções do Plano e o Regulamento de Execução, e respetivas autorizações acima identificadas foram aprovados, por maioria, tendo sido obtido o resultado seguinte:-----

Quinze votos a favor – Almiro Machado, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, José Henrique Bastos, José Pedro Lemos, Luís Pereira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Paulo Lourenço, Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.-----

Quinze votos contra – Alexandre Rocha, António Dias, Arolde Balaia, Élio Figueiredo, Filipe Marques, Inês Fernandes, João Oliveira, Luís Guerra, Maria Elisabete Henriques, Mariana Bastos, Marta Batista, Nuno Rodrigues, Rafael Bastos, Roberto Freitas e Sónia Correia.-----

No uso da competência que lhe é cometida, o Presidente da Assembleia Municipal, através do voto de qualidade, nos termos do artigo 33º do CPA, aprovou a proposta apresentada.---

Antes de passar para o ponto seguinte, O **Presidente da Assembleia Municipal** informou que a discussão e votação dos pontos 4.3 e 4.4 seria feita em conjunto. António Dias pediu a palavra, que lhe foi concedida.-----

António Dias cumprimentou todos os presentes. Falando em nome da bancada do CDS, refere que o executivo municipal não se encontra completo, estando ausente o primeiro membro do partido mais votado e sem os pelouros devidamente atribuídos. Verificada essa inexistência de pelouros definidos, o que compromete a clareza das responsabilidades políticas e administrativas, e considerando a necessidade de maior proximidade entre os eleitos e os eleitores, bem como o reforço da transparência na gestão autárquica, a bancada do CDS considera que o mapa de pessoal e o plano de recrutamento deveriam ter sido elaborados somente após a atribuição dos pelouros, e não antes. Questionou qual o critério utilizado para a definição daqueles pontos, uma vez que, até ao momento, apenas um vereador exerce funções a tempo inteiro e outro a meio tempo. Disse faltar o Presidente da Câmara, que se encontra com problemas de saúde, e que o segundo membro mais votado ainda não possui pelouros atribuídos.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** informou que os pelouros já tinham sido distribuídos pelos vereadores e, conforme se pode ler em ata do órgão executivo, pretendia-se que fosse o Presidente da Câmara a fazer a apresentação dos mesmos. No entanto, devido a uma situação mais grave do que inicialmente previsto, a presença do Presidente está mais demorada e essa informação será presente na próxima reunião de Câmara para conhecimento do órgão executivo e, posteriormente, será disponibilizada à

Assembleia Municipal no ponto da correspondência. Por fim, informou que a distribuição dos pelouros foi assinada no dia 10 de novembro de 2025.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a **Élio Figueiredo**.-----

Élio Figueiredo apelou ao Presidente da Assembleia Municipal para que o assunto em questão fosse esclarecido de uma vez por todas, uma vez que, enquanto a bancada se encontrava sentada, a Vice-Presidente tomou a palavra para expor a posição do executivo, enquanto dois vereadores afirmaram que o que estava a ser dito não era totalmente verdadeiro. Solicitou, assim, que o executivo se entendesse sobre o tema, de forma que a mensagem transmitida à assembleia fosse clara e unânime. Reforçou a necessidade de que, em nome da assembleia, o assunto ficasse definitivamente esclarecido.-----

Foi, pelo Presidente da Assembleia Municipal, concedida a palavra a **Maria Elisabete Henriques**.-----

Maria Elisabete Henriques questionou por que motivo a Assembleia Municipal ainda não tinha tomado conhecimento da distribuição dos pelouros.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** reiterou o que já tinha referido anteriormente, esclarecendo que se aguardava que os pelouros fossem apresentados pelo Presidente da Câmara em reunião de Câmara. Contudo, como o processo sofreu algum atraso, informou que a apresentação será feita na próxima reunião de Câmara, a realizar no dia 23 de dezembro, uma vez que no dia 24 existe tolerância de ponto, convidando desde já todos a assistir. Referiu ainda que, posteriormente, a respetiva distribuição dos pelouros será remetida para conhecimento da assembleia municipal.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** voltou a conceder a palavra a **António Dias**.-----

António Dias disse presumir que, não tendo os pelouros sido ainda comunicados em reunião de Câmara, os mesmos não terão produzido efeitos, entendendo, por isso, que ainda não se encontram atribuídos. Referiu não ter qualquer documentação e apresentou um requerimento à Mesa, solicitando que o Presidente da Assembleia Municipal intercedesse junto da Vice-Presidente da Câmara Municipal para que fosse enviada a todos os membros da assembleia municipal a deliberação onde constasse, de forma efetiva, a atribuição dos pelouros aos vereadores, uma vez que tal informação não lhe foi comunicada.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

Dirigindo-se a **António Dias**, a **Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu que o mesmo possui experiência no exercício de funções públicas e no cumprimento de mandatos resultantes de sufrágio eleitoral, sabendo, por isso, que não existe deliberação relativamente àquela matéria, mas sim um despacho do Presidente da Câmara a proceder à distribuição dos pelouros pelos vereadores, despacho esse assinado no dia 10 de novembro de 2025. Acrescentou que os vereadores já se encontram a exercer as funções que lhes foram delegadas pelo Presidente da Câmara e reiterou que o referido despacho será apresentado na próxima reunião de Câmara para conhecimento, e não para aprovação, sendo posteriormente remetido aos deputados da Assembleia Municipal para seu conhecimento.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** colocou os pontos 4.3 e 4.4 à votação, em conjunto, tendo sido obtido o seguinte resultado: quinze votos a favor e quinze abstenções, pelo que os mesmos foram aprovados por maioria.-----

António Dias solicitou a palavra ao **Presidente da Assembleia Municipal** para apresentar duas declarações de voto, tendo a mesma sido concedida.-----

As declarações de voto foram transcritas para os respetivos pontos. -----

4.3 Mapa de Pessoal de 2026: - Dando cumprimento às disposições contidas no artigo 28º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a “Lei Geral do Trabalho em

Funções Públicas”, foi elaborado o Mapa de Pessoal de 2026 do Município de Sever do Vouga e apresentado à Assembleia Municipal.-----

Analisado o documento, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, o Mapa de Pessoal para 2026, para vigorar a partir de 01 de janeiro de 2026, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro.-----

Quinze votos a favor – Almiro Machado, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, José Henrique Bastos, José Pedro Lemos, Luís Pereira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Paulo Lourenço, Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.-----

Quinze abstenções – Alexandre Rocha, António Dias, Arolde Balaias, Élio Figueiredo, Filipe Marques, Inês Fernandes, João Oliveira, Luís Guerra, Maria Elisabete Henriques, Mariana Bastos, Marta Batista, Nuno Rodrigues, Rafael Bastos, Roberto Freitas e Sónia Correia.-----

António Dias apresentou a seguinte declaração de voto: *“A bancada do CDS-PP, relativamente ao ponto em votação, 4.3, mapa de pessoal, declara a sua abstenção pelos seguintes motivos: o executivo municipal não se encontra completo, estando ausente o primeiro membro do partido mais votado e não tendo o segundo membro pelouros atribuídos. A inexistência de pelouros definidos compromete a clareza das responsabilidades políticas e administrativas. A bancada do CDS defende uma maior proximidade entre eleitos e eleitores, bem como um reforço da transparência na gestão autárquica. O mapa de pessoal constante do documento remetido a esta assembleia reflete, entre outros, a previsão de trabalhadores a recrutar no próximo ano para a prossecução de atividades de natureza permanente ou temporária, a desenvolver durante a execução do orçamento. Assim, constata-se que o próprio orçamento, bem como a previsão do recrutamento pessoal, foram elaborados sem que estes pelouros estivessem atribuídos, o que impede uma avaliação rigorosa das reais necessidades de recursos humanos. Assim sendo, este ponto devia ser votado após a constituição completa do executivo, pelo que a bancada do CDS se abstém”*.-----

4.4 Plano de Recrutamento de 2026: - O órgão deliberativo aprovou, por maioria, o Plano de Recrutamento para o ano de 2026, elaborado em cumprimento do artigo 28º e seguintes da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, que aprovou a “Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas”.-----

Quinze votos a favor – Almiro Machado, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, José Henrique Bastos, José Pedro Lemos, Luís Pereira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Paulo Lourenço, Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.-----

Quinze abstenções – Alexandre Rocha, António Dias, Arolde Balaias, Élio Figueiredo, Filipe Marques, Inês Fernandes, João Oliveira, Luís Guerra, Maria Elisabete Henriques, Mariana Bastos, Marta Batista, Nuno Rodrigues, Rafael Bastos, Roberto Freitas e Sónia Correia.-----

António Dias apresentou a seguinte declaração de voto: *“Relativamente a este ponto, a bancada do CDS declara o seu voto de abstenção, uma vez que, apesar do cumprimento disposto no artigo 28º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, considera imprudente a apresentação deste plano, uma vez que o executivo municipal não se encontra a funcionar em pleno, não sendo assim possível identificar com rigor as reais necessidades de recrutamento para 2026”*.-----

Antes de dar início ao ponto 4.5, o **Presidente da Assembleia Municipal** informou que tinha ficado acordado, em reunião de líderes, que os pontos 4.5, 4.6 e 4.7 seriam discutidos e votados em conjunto. Perguntou se alguém pretendia intervir. Não havendo pedidos de intervenção, passou-se à votação dos três pontos, tendo os mesmos sido aprovados com vinte e sete votos a favor e três abstenções.-----

4.5 Taxas do IMI para 2026: - Para cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o órgão deliberativo aprovou,

por maioria, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, destinada à fixação das taxas do IMI a que referem as alíneas a) e c) do n.º 1, do artigo 112º, do Decreto-Lei n.º 287/2003, na sua redação atual, para vigorarem no ano de 2026:-----

a) Prédios rústicos: 0,8% (Fixa); -----

b) Prédios urbanos: 0,3%.-----

Vinte e sete votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, António Dias, Arolde Balaia, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, Inês Fernandes, João Oliveira, José Henrique Bastos, José Pedro Lemos, Luís Pereira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Elisabete Henriques, Maria Margarida Raimundo, Mariana Bastos, Marta Batista, Nuno Rodrigues, Paulo Lourenço, Rafael Bastos, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues, Sofia Araújo e Sónia Correia.-----

Três abstenções – Élio Figueiredo, Filipe Marques e Luís Guerra.-----

4.6 Taxas do IMI para 2026 – Redução por Agregado Familiar: - Em complemento da proposta para fixação das taxas do IMI para 2026, e para efeitos do previsto no art.º 112-Aº do Código do IMI, foi apresentada a proposta da Câmara Municipal para redução das taxas que irão incidir sobre os imóveis destinados a habitação própria dos agregados familiares do concelho de Sever do Vouga que possuam dependentes a cargo e o domicílio fiscal do proprietário seja igual à localização daquele imóvel nos seguintes termos:-----

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	30
2	70
3	140

A proposta de redução do IMI, por agregado familiar, para 2025, foi aprovada, por maioria.-----

Vinte e sete votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, António Dias, Arolde Balaia, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, Inês Fernandes, João Oliveira, José Henrique Bastos, José Pedro Lemos, Luís Pereira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Elisabete Henriques, Maria Margarida Raimundo, Mariana Bastos, Marta Batista, Nuno Rodrigues, Paulo Lourenço, Rafael Bastos, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues, Sofia Araújo e Sónia Correia.-----

Três abstenções – Élio Figueiredo, Filipe Marques e Luís Guerra.-----

4.7 Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2026: - Para efeitos do previsto no n.º 2, do artigo 123º da Lei das Comunicações Eletrónicas, publicado no Diário da República n.º 230, de 29 de setembro, foi aprovada, por maioria, a proposta apresentada pela Câmara Municipal, de fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem no valor de 0,25% para 2026.-----

Vinte e sete votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, António Dias, Arolde Balaia, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, Inês Fernandes, João Oliveira, José Henrique Bastos, José Pedro Lemos, Luís Pereira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Elisabete Henriques, Maria Margarida Raimundo, Mariana Bastos, Marta Batista, Nuno Rodrigues, Paulo Lourenço, Rafael Bastos, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues, Sofia Araújo e Sónia Correia.-----

Três abstenções – Élio Figueiredo, Filipe Marques e Luís Guerra.-----

4.8 Participação Variável no IRS para 2026: - Ao abrigo do artigo 26º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o órgão deliberativo analisou a proposta apresentada pela Câmara Municipal para fixar a participação variável do IRS em 3%.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, tendo concedido a primeira palavra a Maria Elisabete Henriques.-----

Maria Elisabete Henriques informou que o Grupo Municipal do Partido Socialista iria votar contra o referido ponto, por não poder estar de acordo com esta penalização aos severenses, muito menos nos tempos que correm.-----

De seguida o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a António Dias.-----

António Dias referiu que a participação variável no IRS pode ir até 5% e que, tendo este executivo apresentado o maior orçamento de sempre, não se justifica o aumento da taxa de participação variável no IRS para 3%, ou seja, de 2,5% para 3%. A título de exemplo, mencionou o município de Águeda, que possui um orçamento de 108 milhões de euros e aplica uma taxa de participação variável no IRS de zero, registando ainda um aumento da população. Acrescentou que, em Sever do Vouga, a taxa variável se encontra atualmente nos 2,5% e que o partido vencedor, com maioria, propõe o seu aumento para 3%, o que, no seu entender, penaliza ainda mais quem reside no concelho. Em face do exposto, informou que a bancada do CDS pretende apresentar uma proposta de alteração à proposta n.º 115/2025, a submeter a votação pela Assembleia Municipal de Sever do Vouga, no sentido de manter a taxa de participação variável no IRS nos 2,5% atualmente em vigor. António Dias entregou a proposta à Mesa.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra a Mariana Bastos.-----

Mariana Bastos reiterou os seus cumprimentos e explicou que a participação variável do IRS é um mecanismo criado pelo Governo que permite aos municípios reter até 5% do IRS liquidado pelos seus contribuintes, podendo optar por ficar com a totalidade dessa receita ou devolver parte, ou mesmo a totalidade, aos respetivos contribuintes. A título exemplificativo, referiu que um contribuinte com uma coleta líquida de 10 mil euros, residente num município com uma taxa de participação de 0%, beneficiaria de uma devolução de 5%, correspondente a um abatimento fiscal de 500 euros. Acrescentou que, em Sever do Vouga, este tema foi discutido pela primeira vez na Assembleia Municipal em 2017, por iniciativa de um deputado independente, tendo a taxa sido progressivamente reduzida até se fixar, em 2021, nos 2,5%, ficando o município com 2,5% e sendo os restantes 2,5% devolvidos aos contribuintes. Salientou ainda que, apesar desta redução, nos últimos dois anos os valores arrecadados pela Câmara Municipal aumentaram, em resultado do crescimento da receita de IRS paga pelos contribuintes. Referiu que, atualmente, a Câmara Municipal se prepara para reduzir a percentagem devolvida aos contribuintes de 2,5% para 2%, o que, no seu entendimento, representa um aumento efetivo da carga fiscal sobre os cidadãos do concelho. Defendeu que esta opção poderia, pelo contrário, ser utilizada como um instrumento de atração de novos residentes, valorizando positivamente o concelho de Sever do Vouga. Destacou o exemplo do concelho vizinho de Águeda, que devolve aos seus munícipes a totalidade desta taxa, abdicando, para esse efeito, de mais de seis milhões de euros do seu orçamento municipal. Por estas razões, informou que votaria contra a proposta, considerando que, em vez de aumentar impostos locais, a Câmara Municipal deveria juntar-se aos municípios que defendem, junto do Governo, o aumento da participação variável do IRS de 5% para 10%, conforme recentemente debatido no Congresso da Associação Nacional dos Municípios.---

O Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra a Élio Figueiredo.-----

Élio Figueiredo agradeceu, mais uma vez, a oportunidade de levantar algumas questões junto do executivo, começando por perguntar a razão pela alteração em causa e quais os argumentos e razões para a mesma. Salientou que percebia que esta medida poderia criar um desequilíbrio e uma discriminação entre os cidadãos de Sever do Vouga e os de municípios vizinhos. Acrescentou que, se o objetivo é apoiar as pessoas para permanecerem no concelho e enviar um sinal positivo, como a Vice-Presidente tinha referido, todos devem trabalhar para construir um futuro melhor para Sever do Vouga. Questionou, portanto, a justificação desta alteração, deixando a questão em aberto antes de tomar uma decisão final, que, segundo referiu, tenderia claramente para a rejeição da proposta caso não fosse apresentada uma fundamentação adequada.-----

António Dias pediu para fazer uso da palavra, tendo a mesma sido concedida pelo Presidente da Assembleia Municipal.-----

António Dias informou que, depois de sair do púlpito, ouviu alguém perguntar “a proposta é nossa ou é da Assembleia?”. Dirigindo-se ao Presidente da Assembleia Municipal, pediu que os membros da maioria exercessem a sua posição sem menosprezar

os outros membros. Acrescentou que considera uma falta de respeito a constante picardia, referindo especificamente ao Vereador Hermínio Martins que teria feito a pergunta sobre a autoria da proposta.-----

O Vereador Hermínio Martins solicitou a palavra, a qual lhe foi concedida pelo **Presidente da Assembleia Municipal**.-----

O Vereador **Hermínio Martins** afirmou que, efetivamente, o senhor António Dias apresentou uma proposta de alteração à proposta da Câmara Municipal e que comentou com o Vereador Sérgio Silva que a proposta é do executivo e não da assembleia municipal, cabendo a esta apenas apreciá-la, discuti-la e votá-la.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** voltou a conceder a palavra a António Dias.-----

António Dias disse considerar uma falta de respeito e afirmou que, pessoalmente, considera o Dr. Hermínio Martins uma pessoa correta. Referiu que era desrespeitoso sair dali, passar à frente e ouvir aquele comentário, sem que o Vereador sequer tivesse noção do impacto. Acrescentou que tal situação transmite a ideia de que não é permitido apresentar propostas na assembleia.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra Maria Eduarda Ribeirinha.-----

Maria Eduarda Ribeirinha cumprimentou todos os presentes. Começou por referir que a decisão que se discute não se refere a números abstratos, mas sim à visão para o futuro de Sever do Vouga. Explicou que propor o aumento da taxa variável do IRS não constitui um facilitismo fiscal, mas sim um ato de responsabilidade governativa. Salientou que o reforço dos serviços públicos e da coesão social depende da gestão municipal e da alocação de recursos para atender quem mais precisa. Destacou que o aumento permitirá fortalecer a rede de apoio social, incrementar o investimento na educação pública e garantir condições de excelência nas creches e centros de dia. Acrescentou que abdicar dessa receita significaria renunciar a infraestruturas que beneficiam a maioria em prol de vantagens imediatas para poucos. Quanto ao investimento na qualidade de vida, explicou que a taxa de IRS é uma das principais fontes de receita própria do município, permitindo-lhe autonomia nas decisões. Com este reforço orçamental, seria possível acelerar obras de manutenção de vias, expandir os espaços verdes e investir em agenda cultural e desportiva, fixando os jovens na região. Sublinhou que um município com serviços de qualidade torna-se mais atrativo para viver e investir. Sobre justiça e solidariedade fiscal, recordou que o IRS é um imposto progressivo, ao contrário das taxas municipais fixas. A participação variável incide sobre quem auferir rendimentos coletáveis, funcionando como ferramenta de redistribuição, garantindo que os mais vulneráveis, que não pagam IRS, tenham acesso ao bem comum. No que diz respeito à sustentabilidade e independência financeira, salientou que o município não pode depender exclusivamente das transferências do Estado Central. O aumento da taxa variável do IRS garante autonomia financeira para enfrentar desafios inesperados e manter a qualidade dos serviços públicos em 2026 e nos anos seguintes. Apresentou um exemplo concreto de um agregado familiar de quatro pessoas, com dois cônjuges com remuneração da categoria A e dois dependentes a estudar, que auferiram em 2024 um rendimento global de 38 518,77 euros, resultando numa coleta total de 1 734,80 euros. Explicou que, aplicando a taxa variável de 2,5%, o município receberia 43,37 euros, enquanto que com 3% o valor aumentaria para 52,04 euros, representando um benefício municipal adicional. Em conclusão, afirmou que votar a favor do aumento da taxa variável do IRS não constitui um voto contra o rendimento das famílias, mas sim a favor da comunidade, permitindo bibliotecas modernas, ruas seguras e uma rede social robusta. Destacou que se trata de um investimento no capital humano e na dignidade dos habitantes de Sever do Vouga, apelando ao voto favorável à proposta. Por fim, desejou a todos votos de um feliz Natal.-----

Filipe Marques pediu para fazer uma interpelação à Mesa, que seria para abordar o motivo da alteração das taxas. -----

Apresentado o motivo, o **Presidente da Assembleia Municipal** disse tratar-se de um assunto que não tem motivo para interpelação à mesa, devendo ter sido colocado no momento da discussão do tema e que o tempo da sua bancada já se esgotou. De seguida, concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal. -----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** reiterou os cumprimentos feitos anteriormente e agradeceu as intervenções realizadas, destacando a participação de Maria Eduarda Ribeirinha, que explicou de forma resumida o que o município pretende e o funcionamento da taxa de participação variável no IRS. Salientou que, ao comparar municípios, devem ser considerados municípios semelhantes, pois muitos possuem fontes de rendimento muito superiores às de Sever do Vouga. Explicou que, em deslocações a Lisboa para tratar de assuntos junto dos ministérios e solicitar financiamento para projetos do concelho, uma das respostas frequentemente recebidas é que o município não está a usufruir plenamente do que tem direito, nomeadamente da taxa de participação variável no IRS. De seguida, sublinhou que o objetivo é também investir na área social. Mencionou investimentos recentes, destacando a abertura de uma creche no município, fundos já aplicados e a intenção de regularizar a situação de Talhadas em parceria com a Associação Humanitária. Enfatizou que é necessário dispor de fundos e de ferramentas adequadas para alcançar os objetivos do município e que, conforme explicado, apenas contribuem com esta taxa aqueles que efetivamente têm rendimentos, sendo a diferença relativamente pequena.-----

Após analisar a alteração à proposta apresentada pelo CDS, o **Presidente da Assembleia Municipal** disse que, tendo em conta que a mesma diz respeito à manutenção dos valores atuais, e a proposta da Câmara Municipal é de aumentar os valores, não faz sentido votar as duas propostas. Assim, colocou à votação a proposta apresentada pela Câmara Municipal, tendo a mesma sido aprovada por maioria, com quinze votos a favor e quinze votos contra. No uso da competência que lhe é cometida, o Presidente da Assembleia Municipal, através do voto de qualidade, nos termos do artigo 33º do CPA, aprovou a proposta apresentada.-----

Quinze votos a favor – Almiro Machado, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, José Henrique Bastos, José Pedro Lemos, Luís Pereira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Paulo Lourenço, Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.-----

Quinze votos contra – Alexandre Rocha, António Dias, Arolde Balaías, Élio Figueiredo, Filipe Marques, Inês Fernandes, João Oliveira, Luís Guerra, Maria Elisabete Henriques, Mariana Bastos, Marta Batista, Nuno Rodrigues, Rafael Bastos, Roberto Freitas e Sónia Correia.-----

António Dias pediu para a palavra para apresentar uma declaração de voto, tendo a mesma sido concedida pelo **Presidente da Assembleia Municipal**.-----

António Dias - *“A bancada do CDS vota contra esta proposta de aumento da participação variável no IRS uma vez que somos um concelho pequeno. Em nome do CDS votamos contra porque somos da opinião que as pessoas do município e do concelho devem pagar o mínimo possível de impostos, a exemplo do que se passa em concelhos vizinhos.”*-----

4.9 Derrama para 2026: - O órgão deliberativo aprovou, por maioria, nos termos dos n.ºs 1 e 4 do artigo 18º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, a aplicação das seguintes taxas para a cobrança da Derrama em 2026:-----

- a) 0,01% sobre o lucro tributável até os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC);-----
- b) 1,5% sobre o lucro tributável que exceda os € 150 000,00 sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas (IRC).-----

Vinte e cinco votos a favor - Alexandre Rocha, Almiro Machado, António Dias, Arolde Balaías, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, Inês Fernandes, João Oliveira, José Henrique Bastos, José Pedro Lemos, Luís Pereira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Marta Batista, Nuno

Rodrigues, Paulo Lourenço, Rafael Bastos, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues, Sofia Araújo e Sónia Correia.-----

Cinco abstenções - Élio Figueiredo, Filipe Marques, Luís Guerra, Maria Elisabete Henriques e Mariana Bastos.-----

4.10 Regulamento de Apoio às Freguesias – Alteração: - Foi presente uma proposta de alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias que consiste no aumento dos valores de apoio em espécie.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal, a fim de introduzir o ponto-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** referiu que o executivo propõe a alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoio às Freguesias de modo a aumentar os valores de apoio em espécie, cujo montante será transferido na sua totalidade e gerido pela freguesia, ficando os apoios definidos de acordo com o quadro apresentado na informação disponibilizada.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções, tendo sido concedida a palavra a Filipe Marques.-----

Filipe Marques questionou o que se entende por “valor em espécie” e qual o respetivo montante. Referiu que, pelo que pôde apurar na tabela disponibilizada, terá ocorrido uma redução de setenta mil euros para todas as freguesias. Solicitou esclarecimentos sobre a matéria. Colocou ainda uma outra questão, pretendendo saber se, com esta alteração ao Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, a Câmara Municipal passará a assumir outras funções que anteriormente estavam atribuídas às freguesias no âmbito da delegação de competências, e se essas competências serão, de alguma forma, retiradas às freguesias com a nova alteração.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra a Roberto Freitas.-----

Roberto Freitas cumprimentou todos os presentes. Referiu que falava não em nome pessoal, mas em nome da população que representa e de todos os severenses, por cada rua por pavimentar, cada espaço por limpar e cada compromisso não cumprido. Salientou que, no início deste mandato, foi proposto às freguesias um corte radical nos apoios anuais, passando de cerca de 75 mil euros para apenas 5 mil euros, ou seja, uma redução de 70 mil euros por freguesia, destinados ao investimento, o que corresponde a uma média de cerca de 412 euros por mês. Acrescentou que, com este valor, mal se consegue aplicar o saldo em materiais, quanto mais desenvolver a freguesia, questionando a finalidade deste corte. Referiu que as juntas de freguesia não pedem favores, mas sim respeito institucional e pela população que servem, afirmando não querer ver Cedrim e todas as freguesias do concelho esquecidas e paradas no tempo. Destacou que, com este orçamento, a autonomia das freguesias foi anulada, limitando a capacidade de agir e de cuidar das pessoas. Apelou à assembleia municipal para que reabra o debate, reveja o regulamento de apoio às freguesias e os termos de autos de transferência de competências, que lhe parecem insuficientes, e devolva às freguesias dignidade, meios e voz. Referiu ainda que, num orçamento municipal superior a 19 milhões de euros, destinar apenas 45 mil euros de investimento para as freguesias é profundamente lamentável, e manifestou interesse em perceber o que leva alguns presidentes de Junta a apoiar esta alteração. Concluiu agradecendo e desejando boas festas.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Dias.--

António Dias referiu que muitos dos membros da assembleia atual não estavam no mandato anterior, mas que alguns já exerciam funções nas juntas de freguesia e se recordavam, na sala com a mesa oval, do então Presidente da Câmara, eleito em 2021, ter afirmado *ipsis verbis*: “*senhores presidentes de Junta, para vocês não me chatearem durante quatro anos, vou aumentar o valor de protocolo de investimentos para 75 mil euros*”. Destacou que, em 2022, o Presidente da Câmara e o executivo cumpriram essa promessa. Em 2023, as juntas começaram a efetuar investimentos, incluindo a sua, mas ao longo dos meses seguintes, até à negociação do orçamento, verificou-se que algumas

freguesias, nomeadamente a de Talhadas, não receberam qualquer verba, sendo atribuídas apenas à União de Freguesias de Cedrim e Paradela. Mencionou que alguns presidentes de junta chegaram a considerar entregar as chaves ao Presidente da Câmara anterior devido à situação. Afirmou que, no tempo do Partido Socialista, há vários anos, eram destinados 5 mil euros por freguesia, valor que, naquela época, era considerado muito. No entanto, tal como referiu o seu colega de Cedrim, atualmente, esses 5 mil euros são suficientes. Referiu que, se o valor for para pagar mão de obra, mais vale a Câmara ficar com os materiais e, além disso, são verbas que as juntas nunca mais podem usar, ou seja, se quiserem comprar uma viatura, a maior parte das juntas aqui não tem verbas. Referiu que o executivo propõe um corte de 70 mil euros no protocolo de investimentos para as freguesias, lembrando que o povo votou nos presidentes de junta, mas que as freguesias não terão meios suficientes para realizar obras. Salientou que, em 2021, com um orçamento municipal de 10 milhões de euros, a Câmara destinou 60 mil euros a todas as juntas, e em 2022, com 12 milhões de euros, destinou 75 mil euros por junta, cumprindo o prometido. Em 2023, com um orçamento de 14,5 milhões de euros, foi contemplado zero euros para a maioria das juntas, exceto para a União de Freguesias de Cedrim e Paradela. Em 2026, com o maior orçamento de sempre, de 19 150 000 euros, destinam-se apenas 5 mil euros para investimentos por junta, pelo que, no seu entendimento, quanto mais recebe a Câmara, menos recursos são atribuídos às freguesias.-----

Seguidamente, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Élio Figueiredo.-----

Élio Figueiredo agradeceu novamente a oportunidade de se pronunciar. Referiu que, sempre que se fala em bens ou financiamento a título de espécie, surgem diversas questões. Em primeiro lugar, questionou quem decide o que será adquirido e quem será responsável pela compra dos bens em espécie. Perguntou também quando ocorrerá a compra e quando se fará a entrega dos bens. Disse que, em boa verdade, o que se poderá estar a assistir é a uma perda de autonomia das juntas de freguesia relativamente aos trabalhos, obras e planeamentos que tinham previsto, enfatizando que esta questão deve ficar clara nesta assembleia. Referiu que o partido Chega defende a clareza nas contas, pretendendo saber exatamente quanto será gasto e onde os recursos serão aplicados. Antes de tomar uma decisão final sobre a sua votação, colocou três questões: primeiro, porque é que existe esta redução da ajuda financeira; segundo, com base em que estudo ou fundamentação foi tomada esta decisão; e, por último, se foi realizada alguma auscultação às juntas de freguesia sobre o tema.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a Cláudia Silva.-----

Cláudia Silva referiu que compreende as exposições, comentários e intervenções realizadas, até porque é da freguesia cujo Presidente da Junta se lamentou. Afirmou que as juntas de freguesia não perdem autonomia, pelo menos numa parte orçamental que foi mencionada numa das intervenções - as juntas têm transferência de competências e nessa transferência de competências esse valor não sai dos cofres da Junta, portanto pode passar pelo orçamento municipal, mas continua a cair nos cofres da Junta de Freguesia, portanto, essas transferências vêm acompanhadas dessa verba, e essa verba, nomeadamente, tem a ver com as limpezas das vias públicas. Referiu que, na União das Freguesias de Cedrim e Paradela, a transferência de competências estava associada a um valor superior a 70 mil euros. Disse compreender a posição do Presidente da Junta de Cedrim, observando que, na sua freguesia, certas ruas não eram limpas com a mesma frequência que outras, mas que tais decisões são opções da Junta, que devem ser respeitadas, pois as juntas com maioria têm autonomia para gerir os seus recursos conforme entendem. No que diz respeito ao investimento, referiu que este começou com 70 mil euros e passou para 60 mil. Referiu que, aquilo que depende do orçamento que foi aprovado, o município continua a investir nas juntas de freguesia, realizando obras selecionadas de acordo com os critérios de desenvolvimento para cada freguesia. Questionou, no entanto, em que medida poderiam as juntas perder autonomia, porque a realização de protocolos não é uma obrigação legal, mas

sim uma opção do executivo, devendo ser feita em concordância com os presidentes de junta e com a sua participação. Referiu que também houve, no passado, dinheiro que foi dado para investimentos e que o mesmo foi aplicado, provavelmente, em investimentos. Mencionou, no entanto, que alguns presidentes de junta recentemente empossados encontraram as suas freguesias esvaziadas, não apenas de dinheiro, mas também de obras. Por fim, solicitou esclarecimentos à Vice-Presidente sobre se o valor de 5 mil euros é definitivo, se serve de base de trabalho ou se o executivo possui uma estratégia de investimento que possa ser transmitida para esclarecer a questão desse montante e o distanciamento relativamente às atribuições de anos anteriores.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra a António Dias.-- **António Dias** disse que, de 2020 para 2021, o Partido Socialista destinou 60 mil euros às freguesias, e não o Partido Social Democrata. Informou que, posteriormente, o PSD aumentou o valor para 75 mil euros e que, a seguir, o Presidente da Câmara, conforme consta em ata, disse que as freguesias não tinham enviado os documentos. Afirmou que enviou todos os documentos e que, até à data, não lhe foram apontadas incorreções. Acrescentou que gostaria que isso ficasse claro e questionou, dirigindo-se à líder de bancada, se não se repetirá situação semelhante à da Câmara de Vagos onde, o novo Presidente de Câmara solicitou uma auditoria e disse que não vai dar qualquer verba às freguesias.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** voltou a conceder a palavra a Cláudia Silva.----- **Cláudia Silva** referiu que as freguesias de Cedrim e Paradela têm protocolos assinados no valor de 60 mil euros, e não são de 2021. Acrescentou que, se o membro quiser esclarecer as contas, vai ter que esclarecê-las num outro lugar. Reafirmou que a freguesia de Paradela possui protocolos assinados de 60 mil euros e solicitou que a questão que colocou fosse devidamente esclarecida, não tendo mais nada a acrescentar.-----

O Vereador José Sousa pediu para fazer uso da palavra, tendo-lhe sido concedida pelo **Presidente da Assembleia Municipal**.-----

José Sousa referiu que Cláudia Silva achou por bem atacar o ex-presidente da União de Freguesias, e passou a corrigir aquilo que considerou estar incorreto. Esclareceu que o protocolo de 60 mil euros foi relativo ao último ano de mandato do professor António Coutinho, questionando se alguém poderia provar o contrário. Sobre a limpeza das ruas, informou que a mesma era efetuada, no mínimo, duas vezes por ano na freguesia de Cedrim, e que as mesmas eram registadas mensalmente, com documentação escrita e fotográfica, documentação que poderá ser encontrada nos serviços do município. No que diz respeito aos cofres das juntas, referiu que, assim que foi possível, foram depositados valores nas contas bancárias das novas juntas: 6 109 85 euros na conta da freguesia de Paradela e 12 000 euros na conta da freguesia de Cedrim, esclarecendo que a diferença se devia à percentagem de direito de cada Junta e umas faturas que foram caindo na Junta. Ainda sobre o protocolo de 60 mil euros explicou que, após as eleições autárquicas de 2021, foi acordado com o Presidente da Câmara, Pedro Lobo, que o protocolo passaria para 75 mil euros por freguesia e 150 mil euros para as uniões de freguesia. Afirmou que o Presidente da Câmara disse, perante todos os presidentes de junta, que cumpriria esse aumento. Por fim, informou que a União de Freguesias recebeu os valores em 2022, 2023 e 2024, mas que, em 2025, “roeu a corda” e não cumpriu com a palavra.-----

Cláudia Silva voltou a solicitar o uso da palavra, tendo-lhe sido concedida pelo **Presidente da Assembleia Municipal**.-----

Cláudia Silva afirmou que nunca mencionou o nome do ex-presidente da junta de forma concreta durante a sua intervenção. Esclareceu que, ao referir-se a cofres vazios, também não identificou nem nomeou quais eram as juntas.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** explicou que, ao referir-se a “espécie”, queria significar materiais e que, no passado, era atribuído um plafond às juntas de freguesia,

sendo necessário fazer requisições ao município para a obtenção de material. Informou que, nesta proposta, o município reforçou a verba, transferindo-a diretamente para as juntas de freguesia, permitindo-lhes adquirir os materiais ou matérias-primas que entenderem, em qualquer fornecedor, dentro da rubrica de materiais, cumprindo as regras de contratação existentes. Referiu que esta medida vai ao encontro do que tinha sido proposto pelo deputado Élio Figueiredo, permitindo às juntas gerir diretamente a aquisição dos materiais. Quanto à redução da verba mencionada em intervenções anteriores, esclareceu que, nos últimos anos, o valor já se encontrava a zero, sendo que a proposta atual representa um reforço inicial de 5 mil euros. Esclareceu que este montante é apenas o valor inicial de negociação, que poderá ser ajustado com a alteração do orçamento e a introdução do saldo de gerência, permitindo repassar a verba para as juntas de freguesia. Referiu que o município realizou reuniões com todas as juntas, sem exceção, para ouvir as prioridades de cada freguesia para o ano de 2026 e para começar com uma base de entendimento futura. Sublinhou que o objetivo comum é promover o desenvolvimento equitativo de todas as freguesias, atraindo habitantes e garantindo investimento efetivo em cada uma delas. Garantiu que este valor representa uma base inicial e que, numa futura revisão orçamental, prevista para fevereiro com a introdução do saldo de gerência, a verba poderá ser reforçada e discutida com os presidentes de junta. Esclareceu ainda que há confusão relativamente às transferências de competências, destacando que estas correspondem a tarefas como limpeza de ruas, pequenos arranjos em escolas e pequenas obras de manutenção. Explicou que o protocolo que o município pretende estabelecer com as juntas visa adaptar a gestão à realidade atual, promovendo equidade e facilitando a execução do protocolo, que no passado se apresentava difícil de cumprir. Disse acreditar que a alteração proposta cria uma base sólida para futuras negociações e para a implementação de um protocolo simples, eficaz e ajustado às necessidades das freguesias.-----

António Dias solicitou novamente o uso da palavra, que lhe foi concedido pelo **Presidente da Assembleia Municipal**.-----

António Dias disse ser mentira o que a Vice-Presidente disse na sua intervenção. Disse ter sido votado, salvo erro, na reunião de fevereiro de 2025, o aumento das atividades para 5 mil euros e o aumento do apoio em espécie para 5 mil euros, conforme consta no regulamento publicado no site do município. Afirmou que a única coisa a ser votada no ponto é o corte de 75 mil euros para 5 mil euros. Disse ter afirmado que o valor era zero, mas que o tinha dito porque o valor não chegou a ser transferido, ou seja, o município não cumpriu o orçamento. Por fim, disse que, em 2025, foi comunicado à União das Freguesias de Cedrim e Paradela, por carta, que o município não ia cumprir com o protocolo de investimentos.-----

De seguida, o **Presidente da Assembleia Municipal** passou a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

A **Vice-Presidente da Câmara Municipal** reiterou a explicação anteriormente dada, esclarecendo que, ao contrário do que ocorria no passado, os materiais não serão obtidos mediante requisição junto da Câmara Municipal, mas sim através de transferência direta de verba. Esclareceu que o valor atribuído nesta proposta será transferido na sua totalidade para as juntas de freguesia, que poderão adquirir os materiais onde considerarem adequado. Explicou que, anteriormente, as juntas realizavam requisições à Câmara Municipal, que comprava e entregava os materiais, e considerou que a sua explicação foi clara.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a alteração do Regulamento Municipal de Atribuição de Apoios às Freguesias, de forma a aumentar os valores de apoio em espécie, cujo valor será transferido na sua totalidade e gerido pela freguesia, ficando os apoios definidos de acordo com o quadro abaixo:-----

Freguesia	Atividades Diversas	Materiais	Investimentos
Cedrim	€ 5 000,00	€ 5 000,00	€ 5 000,00

Couto de Esteves	€ 5 000,00	€ 5 000,00	€ 5 000,00
Dornelas	€ 5 000,00	€ 5 000,00	€ 5 000,00
Paradela do Vouga	€ 5 000,00	€ 5 000,00	€ 5 000,00
Pessegueiro do Vouga	€ 5 000,00	€ 5 000,00	€ 5 000,00
Rocas do Vouga	€ 5 000,00	€ 5 000,00	€ 5 000,00
Sever do Vouga	€ 5 000,00	€ 5 000,00	€ 5 000,00
Silva Escura	€ 5 000,00	€ 5 000,00	€ 5 000,00
Talhadas	€ 5 000,00	€ 5 000,00	€ 5 000,00
Total	€ 45 000,00	€ 45 000,00	€ 45 000,00

Quinze votos a favor – Almiro Machado, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, José Henrique Bastos, José Pedro Lemos, Luís Pereira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Margarida Raimundo, Paulo Lourenço, Sérgio Rodrigues e Sofia Araújo.-----

Quinze votos contra – Alexandre Rocha, António Dias, Arolde Balaia, Élio Figueiredo, Filipe Marques, Inês Fernandes, João Oliveira, Luís Guerra, Maria Elisabete Henriques, Mariana Bastos, Marta Batista, Nuno Rodrigues, Rafael Bastos, Roberto Freitas e Sónia Correia.-----

No uso da competência que lhe é cometida, o Presidente da Assembleia Municipal, através do voto de qualidade, nos termos do artigo 33º do CPA, aprovou a proposta apresentada.---

4.11 AHBVSV – Equipa de Intervenção Permanente – Compromissos Plurianuais: - Foi presente um pedido de autorização, por parte da Câmara Municipal, para a assunção de compromissos plurianuais na sequência da celebração de um protocolo entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga e o Município de Sever do Vouga, para a constituição de uma terceira equipa de intervenção permanente para a AHBVSV.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** abriu um período de intervenções.-----

Mariana Bastos pediu para fazer uso da palavra para, mais uma vez, apelar à boa educação.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** não concedeu a palavra a Mariana Bastos devido ao intuito com que esta foi solicitada. De seguida, concedeu a palavra a Marta Batista.-----

Marta Batista referiu que o ponto em apreço corresponde a uma antiga preocupação do CDS, pela qual a bancada se debateu de forma consistente ao longo dos últimos anos. Recordou que a matéria foi defendida pelo CDS antes mesmo do último ato eleitoral e que a concretização da equipa de intervenção permanente resulta, em grande medida, do trabalho desenvolvido pela bancada e pelo seu antigo vereador, Ricardo Silva. Reconhecendo a importância da medida para o concelho, assinalou, contudo, uma nota de discordância e de reparo institucional. Considerou pouco respeitoso para com a assembleia municipal, a quem compete deliberar sobre a assunção de compromissos plurianuais, que o executivo municipal se antecipe e divulgue na página do Facebook do município a criação e o funcionamento da equipa de intervenção permanente como facto consumado, antes de o assunto ter sido devidamente apreciado e validado pela assembleia. Reforçou que a assembleia municipal é composta por membros eleitos pelo povo e deve ser respeitada nas suas competências e no seu papel fiscalizador. Deixou este apontamento como nota relativamente à postura do executivo, apelando a uma maior consideração pela assembleia e pelos seus membros eleitos. Fez ainda um reparo relativo ao funcionamento das intervenções, referindo que, anteriormente, enquanto os membros da assembleia dispunham de tempo, era-lhes dada a oportunidade de complementar as suas intervenções após a resposta do executivo. Sublinhou que o objetivo é que o público fique esclarecido e reforçou que as posições tomadas, bem como as discussões, mais acesas ou menos acesas, têm como principal objetivo o melhoramento da vida de todos os severenses.-----

O **Presidente da Assembleia Municipal** esclareceu que António Dias interveio porque ainda tinha tempo para o fazer. De seguida, concedeu a palavra a Élio Figueiredo.-----

Élio Figueiredo felicitou o executivo pelo apoio concedido e enalteceu a direção da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga pelo esforço desenvolvido ao longo dos anos no cumprimento da missão da associação. Referiu que é bombeiro voluntário, tendo iniciado em Sever do Vouga e atualmente a servir em Aveiro. Considerou que a votação deste apoio extraordinário é motivo de orgulho, não apenas pelo trabalho já realizado pela associação, mas também pelo esforço diário do corpo ativo. Manifestou ainda o desejo de que esta sua congratulação fique registada em ata. Para além do apoio aprovado, sugeriu ao executivo o reforço de medidas de apoio ao voluntariado, bem como o reconhecimento daqueles que fazem parte do quadro de honra da associação e que já não podem servir de forma ativa. Sublinhou que a valorização do trabalho dos bombeiros voluntários deve estender-se a outras associações do distrito de Aveiro. Por fim, apelou ao executivo para que continue a apoiar os bombeiros voluntários, nos órgãos intermunicipais onde tem representação, para que eles também possam ter um futuro melhor, possam ter uma estabilidade profissional que seja compatível com as funções que estão a desempenhar e que todos sejam mais seguros e confiantes.-----

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal esclareceu que a publicação dizia respeito à assinatura do protocolo entre as diversas entidades envolvidas na criação da EIP.-----

O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a assunção de compromissos plurianuais na sequência da celebração de um protocolo entre a Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil, a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Sever do Vouga e o Município de Sever do Vouga, para a constituição de uma terceira equipa de intervenção permanente para a AHBVSV.-----

Vinte e nove votos a favor – Alexandre Rocha, Almiro Machado, António Dias, Arolde Balaias, Carlos Oliveira, Cláudia Silva, Cláudia Amorim, Elga Silva, Élio Figueiredo, Fernando Rodrigues, Hugo Martins, Inês Fernandes, João Oliveira, José Henrique Bastos, José Pedro Lemos, Luís Guerra, Luís Pereira, Maria Eduarda Ribeirinha, Maria Elisabete Henriques, Maria Margarida Raimundo, Mariana Bastos, Marta Batista, Nuno Rodrigues, Paulo Lourenço, Rafael Bastos, Roberto Freitas, Sérgio Rodrigues, Sofia Araújo e Sónia Correia.-----

Uma abstenção – Filipe Marques.-----

O Presidente da Assembleia Municipal agradeceu a colaboração de todos os membros da assembleia, do executivo municipal e dos munícipes presentes. Antes de dar como encerrada a sessão, concedeu a palavra à Vice-Presidente da Câmara Municipal.-----

A Vice-Presidente da Câmara Municipal deixou umas palavras finais, aproveitando a época natalícia para desejar a todos boas festas. Destacou a importância da empatia entre as partes, reconhecendo que a discussão política é necessária, mas salientando a necessidade de elevação para compreender os diversos pontos de vista. Referiu que todos podem chegar a bom porto se assim o fizerem, lembrando que o objetivo comum é o melhor para o concelho, para as freguesias e para a população. Agradeceu à assembleia municipal pela forma cordial como a sessão foi conduzida e reiterou os votos de boas festas a todos, desejando que 2026 seja um ano com muita saúde, essencial para trabalhar, divertir-se e estar com os entes queridos. Concluiu desejando que o novo ano venha cheio de força.-----

Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo Presidente deste órgão e por mim, Carla Alexandra Pereira da Silva, funcionária designada para o efeito, que a redigi.-----